



**TRF 5**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2005**

---

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO**  
**RELATÓRIO CONSOLIDADO**  
**DE GESTÃO ANUAL**  
**2005**

**ÍNDICE**

|  |    |
|--|----|
| Apresentação .....   | 4  |
| 1. Dados Gerais TRF e Seções Judiciárias da 5ª Região.....                       | 6  |
| 1.1. Realizações da gestão 2005.....   | 28 |
| 2. Objetivos e Metas.....  | 38 |
| 2.1. Programa: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal .....           | 39 |
| 2.1.1. Atividades.....   | 40 |
| 2.1.2. Projetos.....   | 41 |
| 2.1.3. Operações Especiais .....   | 43 |
| 2.2. Programa: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....       | 43 |
| 2.2.1. Operações Especiais .....   | 43 |
| 2.3. Programa: 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais..  | 44 |
| 2.3.1. Operações Especiais .....   | 44 |
| 3. Indicadores ou Parâmetros de Gestão .....                                     | 45 |
| 3.1. Eficácia Das Atividades/Projetos/Operações Especiais Por Ação.....          | 45 |
| 3.2. Eficiência dos Programas .....  | 45 |
| 3.2.1. Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal da 5ª Região .....     | 45 |
| 3.3. Indicador de Gestão: Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União .. | 47 |
| 4. Análise Crítica dos Resultados Alcançados.....                                | 48 |
| 4.1. Programa 0569: Prestação Jurisdicional da Justiça Federal .....             | 48 |



|  |    |
|--|----|
| 4.1.1. Atividades.....   | 50 |
| 4.1.2. Projetos.....   | 60 |
| 4.1.3. Operações Especiais .....   | 79 |
| 4.2. Programa 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....         | 79 |
| 4.2.1. Operações Especiais .....   | 79 |
| 4.3. Programa 0901: Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais...  | 80 |
| 4.3.1. Operações Especiais .....   | 80 |
| 4.4. Indicador de Gestão: Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União .. | 85 |
| 5. Medidas adotadas para sanear disfunções detectadas .....                      | 86 |
| 5.1. Programa 0569: Prestação Jurisdicional na Justiça Federal .....             | 86 |
| 6. Transferência de Recursos (convênio e outros meios).....                      | 88 |
| 7. Controle das entidades de previdência privada patrocinadas.....               | 88 |
| 8. Projeto e Programas Financiados com Recursos Externos .....                   | 88 |
| 9. Gastos com cartão de crédito.....   | 88 |
| 10. Funções Comissionadas e Cargos em Comissão .....                             | 88 |
| 11. Considerações Finais .....   | 89 |
| Anexo I.....   | 91 |
| Anexo II.....  | 95 |

**APRESENTAÇÃO**

O presente Relatório de Gestão retrata as atividades desenvolvidas no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e suas respectivas Seções Judiciárias vinculadas, durante o exercício de 2005, destacando as relevantes ações desenvolvidas com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração Pública e oferecer aos jurisdicionados da 5ª Região uma justiça ágil e eficiente.

A sua elaboração e estruturação estão em conformidade com a Instrução Normativa n.º 47, de 27 de outubro de 2004, e Decisão Normativa n.º 71, de 07 de dezembro de 2005, ambas do Tribunal de Contas da União.

Este relatório foi subdividido em sete seções, conforme descrito abaixo:

Na primeira seção, foram apresentados os dados gerais sobre a unidade jurisdicional desta Corte, incluindo o nome completo e oficial, criação e finalidade, estrutura orgânica e composição, bem como os pontos de maior destaque da gestão no ano de 2005. Estão incluídas as ações adotadas para alcance e manutenção da missão institucional desta Corte, que objetiva julgar questões de interesse federal com eficiência e eficácia.

A segunda seção foi dedicada à apresentação dos objetivos e metas deste Tribunal, identificando a descrição dos seus programas governamentais e/ou ações administrativas no período de 2005 e as respectivas metas físicas e financeiras, constantes na Lei Orçamentária 2005.

Na terceira seção, são apresentados os indicadores de gestão utilizados para medir a eficiência dos programas e eficácia das atividades / projetos / operações especiais por ação, descrevendo as suas fórmulas de cálculo e critérios de medição.

A quarta seção é composta por uma análise crítica dos resultados alcançados para cada programa e atividades / projetos / operações especiais, comparando a meta física e financeira prevista com o que foi realizado, indicando as causas dos sucessos e insucessos.



A quinta seção contempla as medidas adotadas para sanear as disfunções estruturais ou situacionais detectadas, que prejudicaram o alcance dos objetivos e metas esperados.

A sexta seção trata das Transferências de Recursos, constando apenas como seção informativa de que no ano de 2005 não existiu nenhum convênio ou outro meio de transferência de recursos.

A sétima versa sobre Controle das entidades de previdência privada patrocinadas, constando também como seção apenas informativa de que no ano de 2005 não houve patrocínio de entidade deste tipo.

A oitava seção trata sobre Projetos e Programas Financiados por Recursos Externos, mais uma vez, apenas como seção informativa pois para o ano que estamos tratando não houve nenhum projeto ou atividade financiada por recursos externos.

Também apenas a título informativo, a nona seção trata dos Gastos com Cartões de Crédito, política de gasto não utilizada pelo Tribunal Regional Federal e Seções Judiciárias da 5ª Região.

Na décima seção é apresentada a quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão.

A décima primeira seção traz as considerações finais sobre a gestão da Justiça Federal da 5ª Região, no ano de 2005.

Finalmente, na última seção, são apresentados os anexos I e II, tratando respectivamente da Execução de Restos a Pagar e da Força de Trabalho, com dados complementares e importantes para o entendimento global.



## **1. DADOS GERAIS TRF E SEÇÕES JUDICIÁRIAS DA 5ª REGIÃO**

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim como os demais Tribunais Regionais Federais, foi criado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 92 III, sendo sua composição e criação do quadro de pessoal regulamentada pela lei 7.727/89 e a sua definição territorial disciplinada pela Resolução 01/88 do então Tribunal Federal de Recursos. A sua competência encontra-se elencada no art. 108 da Carta Magna, abaixo transcrita:

*“Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:*

*I – processar e julgar, originariamente:*

*a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;*

*b) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;*

*c) os mandados de segurança e os “habeas-data” contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;*

*d) os “habeas-corpus”, quando a autoridade coatora for juiz federal;*

*e) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal;*

*II – julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição”.*

Além das competências citadas no referido artigo, o TRF 5ª Região se norteia pelo seu Regimento Interno e respectivas Emendas, publicados no Diário da Justiça da União e na página institucional na internet, cujo endereço é [www.trf5.gov.br](http://www.trf5.gov.br).

A missão desta Corte é julgar as questões de interesse federal com eficiência, eficácia e rapidez, conduzindo à paz social, no âmbito dos Estados sob sua jurisdição.

O TRF 5ª Região é composto, atualmente, por 15 desembargadores federais e 680 servidores e representa a Justiça Federal de Segundo Grau. Possui um Conselho de Administração, composto por oito membros, e subdivide-se em quatro Turmas de Julgamento, além do Pleno.

A Justiça Federal de 1º Grau desta Região é composta por 06 Seções Judiciárias, que possuem ao todo 79 Varas Federais, assim distribuídas:

**Tabela 1 – Seções Judiciárias da 5ª Região**

| <b>Estado</b>       | <b>Quantidade de Varas Federais</b> |
|---------------------|-------------------------------------|
| Ceará               | 21                                  |
| Rio Grande do Norte | 09                                  |
| Paraíba             | 10                                  |
| Pernambuco          | 24                                  |
| Alagoas             | 08                                  |
| Sergipe             | 07                                  |

A seguir, segue a descrição dos dados gerais das unidades (Tribunal e Seção Judiciária) que compõem a Justiça Federal da 5ª Região:

#### **■ TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

**a) Nome completo e oficial da Unidade:**

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

**b) CNPJ:**

24.130.072/0001-11

**c) Natureza Jurídica:**

Pessoa Jurídica de Direito Público

**d) Vinculação Ministerial:**

Não há, tendo em vista tratar-se de órgão do Poder Judiciário Federal.

**e) Endereço Completo da Sede:**

Avenida Martin Luther King, n. 81, Cais do Apolo, Recife/PE. Cep: 50030-908.

Telefone/Facsimile : 3425-9000

**f) Endereço da página institucional na internet:**

[www.trf5.gov.br](http://www.trf5.gov.br)

**g) Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no SIAFI, quando houver:**

UG / Gestão: 090031/00001

**h) Normas de criação e finalidade do Tribunal:**

Normas de criação: Artigos 106 a 110 da Constituição Federal, Seção IV.

Finalidade: Lei 7.727, de 05 de janeiro de 1989, Capítulos I, II, III e IV e Regimento Interno.

**i) Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame nas contas:**

Resolução nº 37, de 10 de agosto de 2005 – Publicada no DJ em 19.08.2005, seção 2, pág. 697 a 700.

**j) Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:**

Publicação no DJ em 19.08.2005, seção 2, pág. 697 a 700.

| <b>Dados</b>                            | <b>Descrição</b>  |
|---|---|
| Unidade gestora                         | 090031 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região   |
| Ordenador de Despesas (2005)            | Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti<br>CPF: 142.531.784-72<br>Endereço Residencial: Praça Domingos Giovaneti, 77, apto 801, Torre, Recife/PE<br>CEP: 50710-440<br>Telefone: 3227-4538<br>Ata da Sessão Plenária de 15/12/2004<br>Período de Gestão: 30/03/2005 a 31/12/2005 |
| Ordenador de despesas substituto (2005) | Paulo Roberto de Oliveira Lima<br>CPF: 071.881.374-04<br>Endereço Residencial: Loteamento Jardim Petrópolis, Quadra CA-28, Rua 38, Maceió/AL<br>CEP: 57080-460<br>Telefone: (82) 3285293<br>Ata da Sessão Plenária de 15/12/2004  |





|                                |   |
|--------------------------------|---|
| Responsável pela administração | Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio<br>CPF: 326.754.614-15<br>Endereço Residencial: Rua General Abreu e Lima, 113, apto 801, Rosarinho, Recife/PE<br>CEP: 52041-040<br>Telefone: 3244-6206<br>Período: 16/02/2005 a 31/12/2005<br>Ato de Nomeação nº 73, de 14/02/2005. D.O.U de 16/02/2005 |
| Encarregado do almoxarifado    | Salvino Bezerra de Andrade Vasconcelos<br>CPF: 856.372.464-91<br>Rua Av. Manoel Borba, 694/ apto 603, Boa Vista, Recife-PE<br>CEP: 52070-000<br>Telefone: 81 3223-0667/ 8816-1972   |

**k) Composição do Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

| <b>Desembargadores Federais</b>                               |
|---|
| Desembargador Federal <b>Ridalvo Costa</b>                    |
| Desembargador Federal <b>Petrucio Ferreira</b>                |
| Desembargador Federal <b>Lázaro Guimarães</b>                 |
| Desembargador Federal <b>José Maria Lucena</b>                |
| Desembargador Federal <b>Geraldo Apoliano</b>                 |
| Desembargador Federal <b>Ubaldo Ataíde Cavalcante</b>         |
| Desembargador Federal <b>Margarida Cantarelli</b>             |
| Desembargador Federal <b>Francisco Cavalcanti</b>             |
| Desembargador Federal <b>José Baptista de Almeida Filho</b>   |
| Desembargador Federal <b>Napoleão Nunes Maia Filho</b>        |
| Desembargador Federal <b>Luiz Alberto Gurgel de Faria</b>     |
| Desembargador Federal <b>Paulo Roberto de Oliveira Lima</b>   |
| Desembargador Federal <b>Paulo de Tasso Benevides Gadelha</b> |
| Desembargador Federal <b>Francisco Wildo Lacerda Dantas</b>   |
| Desembargador Federal <b>Marcelo Navarro Ribeiro Dantas</b>   |

**Conselho de Administração**

Presidente - Desembargador Federal **Francisco de Queiroz Cavalcanti**  
Vice-Presidente - Desembargador Federal **Paulo Roberto de Oliveira Lima**  
Corregedor - Desembargador Federal **Luiz Alberto Gurgel de Faria**  
Desembargador Federal **Ridalvo Costa** (mais antigo)  
Presidente da 1ª Turma - Desembargador Federal **Francisco Wildo Lacerda Dantas**  
Presidente da 2ª Turma - Desembargador Federal **Napoleão Nunes Maia**  
Presidente da 3ª Turma - Desembargador Federal **Geraldo Apoliano**  
Presidente da 4ª Turma - Desembargador Federal **Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**

**1ª Turma**

Desembargador Federal **Francisco Wildo Lacerda Dantas**  
Desembargador Federal **Ubaldo Ataíde Cavalcante**  
Desembargador Federal **José Maria Lucena**

**2ª Turma**

Desembargador Federal **Napoleão Nunes Maia**  
Desembargador Federal **José Baptista de Almeida Filho**  
Desembargador Federal **Petrucio Ferreira**

**3ª Turma**

Desembargador Federal **Geraldo Apoliano**  
Desembargador Federal **Rivaldo Costa**  
Desembargador Federal **Paulo Gadelha**

**4ª Turma**

Desembargador Federal **Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**

Desembargador Federal **Lázaro Guimarães**

Desembargador Federal **Margarida Cantarelli**

**Comissão de Regimento**

Desembargador Federal **Ridalvo Costa**

Desembargador Federal **Luiz Alberto Gurgel de Faria**

Desembargador Federal **Paulo Roberto de Oliveira Lima**

**Comissão de Informática**

Desembargador Federal **Lázaro Guimarães**

Desembargador Federal **Geraldo Apoliano**

Desembargador Federal **Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**

**Comissão de Jurisprudência**

Desembargador Federal **Petrucio Ferreira**

Desembargador Federal **Paulo Gadelha**

Desembargador Federal **Francisco Wildo Lacerda Dantas**

**■ SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ****a) Nome completo e oficial da Unidade:**

Seção Judiciária da Justiça Federal no Ceará

**b) CNPJ:**

05.424.487/0001-53

**c) Natureza Jurídica:**

Pessoa Jurídica de Direito Público

**d) Vinculação Ministerial:**

Não há, tendo em vista tratar-se de órgão que compõe o Poder Judiciário Federal.

**e) Endereço Completo da Sede:**

Praça Murilo Borges S/N – Centro – Fortaleza/CE. CEP 60.035-210

Telefone: 085 3452 2500

**f) Endereço da página institucional na internet:**

[www.jfce.gov.br](http://www.jfce.gov.br)

**g) Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no SIAFI, quando houver:**

UG/Gestão: 090006/0001

**h) Normas de criação e finalidade da Unidade Jurisdicionada.**

Criação: Lei 5.010/66

Finalidade Art. 109 da CF/88

**i) Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame nas contas.**

Resoluções do TRF 5ª Região: Nº 19 de 11/05/2005 (DJU de 18/05/2005) e Nº 30 de 06/07/2005 (DJ de 11/07/2005)

**j) Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas.**

DJ de 18/05/2005 e DJ de 11/07/2005

| <b>Dados</b>                                       | <b>Descrição</b>            |
|--|-----------------------------|
| Unidade gestora                                    | 090006- 0001                |
| Ordenador de Despesas (2005)                       | Danilo Fontenelle Sampaio   |
| Ordenador de despesas substituto (2005)            | Alcides Saldanha Lima       |
| Responsável pela administração                     | Agnor da Silva Carmo Júnior |
| Encarregado do almoxarifado                        | Judas Tadeu Pequeno Maia    |
| Encarregado para depósito de mercadoria apreendida | Marcus Venícius Costa       |

**k) Composição da Seção Judiciária**

Diretor do Foro: Danilo Fontenelle Sampaio

Vice-diretor do Foro:Alcides Saldanha Lima

Sub-diretor do Foro – Limoeiro do Norte: Francisco Luís Rios Alves

Sub-diretor do Foro – Juazeiro do Norte: Bruno Leonardo Câmara Carrá

Sub-diretor do Foro – Sobral: José Maximiliano Machado Cavalcanti

| <b>Vara</b> | <b>Nome</b>  | <b>Condição</b>                  |
|-------------|--|----------------------------------|
| 1ª Vara     | Luis Praxedes Vieira da Silva<br>André Dias Fernandes          | Juiz Titular<br>Juiz Substituto  |
| 2ª Vara     | Jorge Luis Girão Barreto                                       | Juiz Titular                     |
| 3ª Vara     | Germana de Oliveira Moraes<br>Marcus Vinícius Parente Rebouças | Juíza Titular<br>Juiz Substituto |
| 4ª Vara     | José Vidal Silva Neto  | Juiz Titular                     |
| 5ª Vara     | João Luis Nogueira Matias<br>Júlio Rodrigues Coelho Neto       | Juiz Titular<br>Juiz Substituto  |
| 6ª Vara     | Francisco Roberto Machado                                      | Juiz Titular                     |
| 7ª Vara     | Francisco das Chagas Fernandes<br>Leopoldo Fontenele Teixeira  | Juiz Titular<br>Juiz Substituto  |

|          |   |                                   |
|----------|---|-----------------------------------|
| 8ª Vara  | Ricardo Cunha Porto<br>Elise Aquino Avesque                                     | Juiz Titular<br>Juíza Substituta  |
| 9ª Vara  | George Marmelstein Lima   | Juiz Titular                      |
| 10ª Vara | Alcides Saldanha Lima<br>Nagibe de Melo Jorge Neto                              | Juiz Titular<br>Juiz Substituto   |
| 11ª Vara | Danilo Fontenelle Sampaio Cunha<br>Ricardo Ribeiro Campos                       | Juiz Titular<br>Juiz Substituto   |
| 12ª Vara | Augustino Lima Chaves<br>José Donato de Araújo Neto                             | Juiz Titular<br>Juiz Substituto   |
| 13ª Vara | José Helvesley Alves<br>Gisele Chaves Sampaio                                   | Juiz Titular<br>Juíza Substituta  |
| 14ª Vara | Karla de Almeida Miranda Maia<br>Ricardo Ribeiro Campos                         | Juíza Titular<br>Juíza Substituta |
| 15ª Vara | Francisco Luis Rios Alves   | Juiz Titular                      |
| 16ª Vara | Bruno Leonardo Câmara Carrá   | Juiz Titular                      |
| 17ª Vara | Sérgio Fiúza Tahim de Sousa Brasil<br>Paula Emília Moura Aragão de Sousa Brasil | Juiz Titular<br>Juíza Substituta  |
| 18ª Vara | José Maximiliano Machado Cavalcanti   | Juiz Titular                      |
| 19ª Vara | Gledison Marques Fernandes  | Juiz Titular                      |
| 20ª Vara | José Parente Pinheiro   | Juiz Titular                      |
| 21ª Vara | Agapito Machado   | Juiz Titular                      |

**Competência das Varas:**

| <b>Localidade/Vara</b>              | <b>Competência</b>      | <b>Observações</b>   |
|-------------------------------------|-------------------------|--|
| Fortaleza -CE (1ª a 8ª e 10ª Varas) | CÍVEL                   |  |
| Fortaleza – CE (9ª Vara)            | EXECUÇÃO FISCAL         | Resolução nº 06/99-TRF 5ª Região   |
| Fortaleza – CE (11ª Vara)           | CRIMINAL                | Competência cumulativa para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores – Resoluções nºs 04/2001 e 10-A/2003-TRF 5ª Região |
| Fortaleza – CE (12ª Vara)           | CRIMINAL                | Competência cumulativa para as execuções penais – Resolução nº 04/2001-TRF 5ª Região   |
| Fortaleza – CE (13ª Vara)           | CÍVEL(JUIZADOS I E III) | Resoluções nº 14/2003 e 15/2003-TRF 5ª Região  |
| Fortaleza – CE (14ª Vara)           | CÍVEL(JUIZADOS II E IV) | Resoluções nº 14/2003 e 15/2003-TRF 5ª Região  |
| Fortaleza – CE (20ª Vara)           | EXECUÇÃO FISCAL         | Resolução nº 30/2005-TRF 5ª Região   |
| Fortaleza – CE (21ª Vara)           | CÍVEL(JUIZADOS V E VI)  | Resolução nº 30/2005 -TRF 5ª   |



|                                   |   | Região   |
|-----------------------------------|---|--|
| Limoeiro do Norte – CE (15ª Vara) | MISTA(CÍVEL/CRIMINAL/EX . FISCAL/EX. PENAS) | -Resolução nº 10/2004-TRF 5ª Região<br>- Funciona um Juizado Especial Adjunto - Resolução nº 30/2005-TRF 5ª Região |
| Juazeiro do Norte – CE (16ª Vara) | MISTA(CÍVEL/CRIMINAL/EX . FISCAL/EX. PENAS) | Resolução nº 06/2005-TRF 5ª Região   |
| Juazeiro do Norte – CE (17ª Vara) | CÍVEL (JUIZADO)                             | Resolução nº 30/2005-TRF 5ª Região   |
| Sobral – CE (18ª Vara)            | MISTA(CÍVEL/CRIMINAL/EX . FISCAL/EX. PENAS) | Resolução nº 30/2005-TRF 5ª Região   |
| Sobral – CE (19ª Vara)            | CÍVEL (JUIZADO)                             | Resolução nº 30/2005-TRF 5ª Região   |

### ■ Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

#### a) Nome completo e oficial da Unidade:

Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte

#### b) CNPJ:

05.441.836/0001-45

#### c) Natureza Jurídica:

Pessoa Jurídica de Direito Público

#### d) Vinculação Ministerial:

Não há, tendo em vista tratar-se de órgão que compõe o poder judiciário federal.

#### e) Endereço Completo da Sede:

Rua Dr. Lauro Pinto, 245 – Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59064-250

Telefone: (84) 4005-7400/ FAX: (84) 231-9230

#### f) Endereço da página institucional na internet:

[www.jfrn.gov.br](http://www.jfrn.gov.br)

**g) Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no SIAFI, quando houver:**

UG/Gestão: 090007/0001 – Justiça Federal de Primeiro Grau/ RN

**h) Normas de criação e finalidade da Unidade Jurisdicionada:**

Criação: Lei 5.010/66

Finalidade: Art. 109 da CF/88

**i) Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame nas contas:**

Resolução nº 08, de 12 de abril de 2004, publicada em 13.05.2004, DJ, Seção 2, pg 667 e Resolução nº 14, de 05 de julho de 2004, publicada em 28.07.2004 – DJ, Seção 2, pg 494.

**j) Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:**

Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, publicada no DOU em 01.06.1966

| <b>Dados</b>                                       | <b>Descrição</b>                                 |
|--|--|
| Unidade gestora                                    | 090007 – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte |
| Ordenador de Despesas (2005)                       | Dr. Edílson Pereira Nobre Júnior                 |
| Ordenador de despesas substituto (2005)            | Dr. Ivan Lira de Carvalho                        |
| Responsável pela administração                     | Maria Isabel Gurgel Umbelino                     |
| Encarregado do almoxarifado                        | Janúncio Bezerra da Nóbrega                      |
| Encarregado para depósito de mercadoria apreendida | Geraldo Dantas Pereira                           |

**k) Composição da Seção Judiciária:**

Diretor do Foro: Ivan Lira de Carvalho.

Vice-diretor do Foro: Manoel Maia de Vasconcelos Neto.

Sub-diretor do Foro - Mossoró: Marcos Mairton da Silva.

Sub-diretor do Foro - Caicó: Jailson Leandro de Souza.





| <b>Vara</b> | <b>Magistrado</b>                       | <b>Condição</b>          |
|-------------|---|--------------------------|
| 1ª          | Magnus Augusto Costa Delgado            | Juiz Federal             |
| 1ª          | Carlos Wagner Dias Ferreira             | Juiz Federal substituto  |
| 2ª          | Walter Nunes da Silva Júnior            | Juiz Federal             |
| 2ª          | Gisele Maria da Silva Araújo Leite      | Juíza Federal Substituta |
| 3ª          | Francisco Barros Dias                   | Juiz Federal             |
| 4ª          | Edílson Pereira Nobre Júnior            | Juiz Federal             |
| 5ª          | Ivan Lira de Carvalho                   | Juiz Federal             |
| 6ª          | Janilson Bezerra de Siqueira            | Juiz Federal             |
| 7ª          | Manuel Maia de Vasconcelos              | Juiz Federal             |
| 7ª          | Dartanhan Vercingetórix de Araújo Rocha | Juiz Federal Substituto  |
| 8ª          | Marcos Mairton da Silva                 | Juiz Federal             |
| 8ª          | Maria Júlia Tavares do Carmo Pinheiro   | Juíza Federal Substituta |
| 9ª          | Jailsom Leandro de Sousa                | Juiz Federal             |

Competência das Varas:

| <b>Vara</b> | <b>Magistrado</b>  |
|-------------|--|
| 6ª          | Privativa das Execuções Fiscais (Resolução nº 04/1999)               |
| 7ª          | Destinada aos Juizados Especiais I e II (Resoluções nº 14 e 15/2003) |
| 8ª          | Sediada em Mossoró/RN  |

### ■ Seção Judiciária da Paraíba

#### a) Nome completo e oficial da Unidade:

Seção Judiciária do Estado da Paraíba

#### b) CNPJ:

05.433.643/0001-42

#### c) Natureza Jurídica:

Pessoa Jurídica de Direito Público

#### d) Vinculação Ministerial:

Não há, tendo em vista tratar-se de órgão que compõe o Poder Judiciário Federal.

**e) Endereço completo da sede:**

Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Brisamar, João Pessoa - PB. CEP: 58031-900.

Telefone: 083 3316 4040

**f) Endereço da página institucional na internet:**

[www.jfpb.gov.br](http://www.jfpb.gov.br)

**g) Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no SIAFI, quando houver:**

UG/Gestão: 090008/00001 – Justiça Federal da Paraíba

**h) Normas de criação e finalidade da Unidade Jurisdicionada:**

Norma de criação: Decreto-Lei nº 253, de 28 de fevereiro de 1967.

Finalidade: CF/88, art. 109, I a XI.

**i) Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame nas contas:**

Resolução nº 52, de 23 de novembro de 2005.

Publicação em 29 de novembro de 2005.

**j) Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:**

| <b>Dados</b>                                       | <b>Descrição</b>                                   |
|--|--|
| Unidade gestora                                    | 090011 – Seção Judiciária do Estado da Paraíba     |
| Ordenador de despesas (2005)                       | Rogério de Meneses Fialho Moreira                  |
| Ordenador de despesas substituto (2005)            | Alexandre Costa de Luna Freire                     |
| Responsável pela administração                     | Cícero Caldas Neto / Luis Carlos Soares Cavalcante |
| Encarregado do almoxarifado                        | Rossana Maria Lopes                                |
| Encarregado para depósito de mercadoria apreendida | Inocêncio Antônio do Rosário                       |
| Encarregado do Setor Financeiro                    | José Mendes de Azevedo                             |

**k) Composição da Seção Judiciária:**

Diretor do Foro: Rogério de Meneses Fialho Moreira

Vice-diretor do foro: Helena Delgado Ramos Fialho Moreira

Subdiretor do Foro/ Campina Grande: Rudival Gama do Nascimento

Subdiretor do Foro/ Sousa: Francisco Glauber Pessoa Alves

| <b>Vara</b> | <b>Magistrado</b>                    | <b>Condição</b>          |
|-------------|--------------------------------------|--------------------------|
| 1ª          | João Bosco Medeiros de Sousa         | Juiz Federal             |
| 2ª          | Alexandre Costa de Luna Freire       | Juiz Federal             |
| 3ª          | Cristina Maria Costa Garcez          | Juíza Federal            |
| 3ª          | Cristiane Mendonça Laje              | Juíza Federal Substituta |
| 4ª          | Emiliano Zapata de Miranda Leitão    | Juiz Federal             |
| 5ª          | Helena Delgado Ramos Fialho Morerira | Juíza Federal            |
| 6ª          | Francisco Eduardo Guimarães Farias   | Juiz Federal             |
| 7ª          | Rogério de Meneses Fialho Moreira    | Juiz Federal             |
| 7ª          | Rogério Roberto Gonçalves de Abreu   | Juiz Federal Substituto  |
| 8ª          | Francisco Glauber Pessoa Alves       | Juiz Federal             |
| 9ª          | Niliane Meira Lima                   | Juíza Federal            |
| 9ª          | Wanessa Figueiredo dos Santos Lima   | Juíza Federal Substituta |
| 10ª         | Rudival Gama do Nascimento           | Juiz Federal             |

Competência das Varas:

| <b>Vara</b>          | <b>Competência</b>  |
|----------------------|---|
| 1ª, 4ª, 6ª, 9ª e 10ª | Varas sediadas em Campina Grande/PB                                 |
| 5ª e 10ª             | Privativa das Execuções Fiscais (Resolução 07 de 1999 e 22 de 2005) |
| 7ª e 9ª              | Juizados Especiais I e II (Resoluções 14 e 15 de 2003 e 02 de 2005) |
| 8ª                   | Sediada em Sousa / PB   |

**■ Seção Judiciária de Pernambuco****a) Nome completo e oficial da Unidade:**

Justiça Federal de Primeira Instância – Seção Judiciária de Pernambuco

**b) CNPJ:**

05.441.804/0001-40

**c) Natureza Jurídica:**

Pessoa Jurídica de Direito Público

**d) Vinculação Ministerial:**

Não há, tendo em vista tratar-se de órgão que compõe o Poder Judiciário Federal

**e) Endereço Completo da Sede:**

Avenida Recife, n.º 6250, Jiquiá, Recife/PE CEP: 50781-000

Telefone: (81) 3229-6216/ Facsímile: (81) 3229-6115

**f) Endereço da página institucional na internet:**

[www.ifpe.gov.br](http://www.ifpe.gov.br)

**g) Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no SIAFI, quando houver:**

UG/Gestão: 090009/00001 – Justiça Federal de Pernambuco

**h) Normas de criação e finalidade da Unidade Jurisdicionada:**

Criação: Lei 5.010/66

Finalidade Art. 109 da CF/88

**i) Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame nas contas:**

| <b>Varas</b>  | <b>Resolução</b>               |
|---|--------------------------------|
| 17. <sup>a</sup> e 18. <sup>a</sup>                                       | n.º 2 de 26 de janeiro de 2005 |
| 19. <sup>a</sup>  | n.º 12 de 6 de abril de 2005   |
| 20. <sup>a</sup>  | n.º 27 de 15 de junho de 2005  |
| 21. <sup>a</sup> , 22. <sup>a</sup> , 23. <sup>a</sup> e 24. <sup>a</sup> | n.º 31 de 6 de julho de 2005   |

**j) Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:**



| <b>Varas</b>  | <b>Publicação</b>                |
|---|----------------------------------|
| 17. <sup>a</sup> e 18. <sup>a</sup>                                       | 31 de janeiro de 2005            |
| 19. <sup>a</sup>  | 02 de maio de 2005 (retificação) |
| 20. <sup>a</sup>  | 20 de junho de 2005              |
| 21. <sup>a</sup> , 22. <sup>a</sup> , 23. <sup>a</sup> e 24. <sup>a</sup> | 14 de junho de 2005              |

| <b>Dados</b>                                       | <b>Descrição</b>                          |
|--|---|
| Unidade Gestora                                    | 090009 – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO   |
| Ordenador de despesa (2005)                        | Frederico José Pinto de Azevedo           |
| Ordenador de despesa substituto (2005)             | Élio Wanderley de Siqueira Filho          |
| Responsável pela administração                     | Anna Izabel Furtado de Miranda Lunardelli |
| Encarregado do almoxarifado                        | Marcônio José Nunes Pereira               |
| Encarregado para depósito de mercadoria apreendida | Ednalva Germano da Silva Oliveira         |
| Encarregado do Setor Financeiro                    | Carlos Fernando da Silva Filho            |
| Encarregado do Setor de Material e Patrimônio      | Helen Tavares de Melo                     |

**k) Composição da Seção Judiciária:**

Diretor do Foro: Frederico José Pinto de Azevedo

Vice-Diretor do Foro: Élio Wanderley de Siqueira Filho

| <b>Vara</b>     | <b>Magistrado</b>                      | <b>Condição</b>          |
|-----------------|--|--------------------------|
| 1 <sup>a</sup>  | Roberto Wanderley Nogueira             | Juiz Federal             |
| 2 <sup>a</sup>  | Francisco Alves dos Santos Júnior      | Juiz Federal             |
| 2 <sup>a</sup>  | Frederico Augusto Leopoldino Koehler   | Juiz Federal Substituto  |
| 3 <sup>a</sup>  | Manoel de Oliveira Erhardt             | Juiz Federal             |
| 3 <sup>a</sup>  | Carolina Souza Malta                   | Juíza Federal Substituta |
| 4 <sup>a</sup>  | Antônio Bruno de Azevedo Moreira       | Juiz Federal             |
| 4 <sup>a</sup>  | Gustavo Pontes Mazzocchi               | Juiz Federal Substituto  |
| 5 <sup>a</sup>  | Nilcéa Maria Barbosa Maggi             | Juíza Federal            |
| 6 <sup>a</sup>  | Hélio Silvio Ourém Campos              | Juiz Federal             |
| 7 <sup>a</sup>  | Élio Wanderley de Siqueira Filho       | Juiz Federal             |
| 7 <sup>a</sup>  | José Baptista de Almeida Filho Neto    | Juiz Federal Substituto  |
| 9 <sup>a</sup>  | Ubiratan de Couto Maurício             | Juiz Federal             |
| 9 <sup>a</sup>  | Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz | Juíza Federal Substituta |
| 10 <sup>a</sup> | José Manuel Zeferino Galvão de Melo    | Juiz Federal             |
| 10 <sup>a</sup> | Flávio Roberto Ferreira de Lima        | Juiz Federal Substituto  |
| 11 <sup>a</sup> | Edvaldo Batista da Silva Júnior        | Juiz Federal             |



|                     |   |                          |
|---------------------|---|--------------------------|
| 12ª                 | Frederico José Pinto de Azevedo             | Juiz Federal             |
| 12ª                 | Roberta Walsmley Soares Carneiro            | Juíza Federal Substituta |
| 13ª                 | César Artur C. de Carvalho                  | Juiz Federal             |
| 13ª                 | Allan Endry Veras Ferreira                  | Juiz Federal Substituto  |
| 14ª                 | Tarcísio Barros Borges                      | Juiz Federal             |
| 14ª                 | José Carlos Dantas Teixeira de Souza        | Juiz Federal Substituto  |
| 15ª                 | Ara Cárita Muniz da Silva                   | Juíza Federal            |
| 15ª                 | Polyana Falcão Brito                        | Juíza Federal Substituta |
| 19ª                 | Marco Bruno Miranda Clementino              | Juiz Federal             |
| 19ª                 | Marília Ivo Neves                           | Juíza Federal Substituta |
| 21ª                 | Joana Carolina Lins Pereira                 | Juíza Federal            |
| 22ª                 | Francisco A. de Barros e Silva Neto         | Juiz Federal             |
| 8ª (Petrolina)      | Danielle Souza de Andrade e Silva           | Juíza Federal            |
| 17ª (Petrolina)     | Arthur Napoleão Teixeira Filho              | Juiz Federal             |
| 16ª (Caruaru)       | Sérgio Murilo Wanderley Queiroga            | Juiz Federal             |
| 24ª (Caruaru)       | Amanda Torres de Lucena Diniz de Araújo     | Juíza Federal            |
| 18ª (Serra Talhada) | Tiago Antunes de Aguiar                     | Juiz Federal             |
| 20ª (Salgueiro)     | Georgius Luis Argentinini Príncipe Credídio | Juiz Federal             |
| 23ª (Garanhuns)     | André Carvalho Monteiro                     | Juiz Federal Substituto  |

## Competência das Varas:

| Vara | Competência                               |
|------|---|
| 1ª   | CÍVEL                                     |
| 2ª   | CÍVEL                                     |
| 3ª   | CÍVEL                                     |
| 4ª   | CRIMINAL                                  |
| 5ª   | CÍVEL                                     |
| 6ª   | CÍVEL                                     |
| 7ª   | CÍVEL, ESPECIALIZADA EM QUESTÕES AGRÁRIAS |
| 8ª   | MISTA (CÍVEL, CRIMINAL, EXEC. FISCAL)     |
| 9ª   | CÍVEL                                     |
| 10ª  | CÍVEL                                     |
| 11ª  | EXECUÇÃO FISCAL                           |
| 12ª  | CÍVEL                                     |
| 13ª  | EXECUÇÃO PENAL                            |
| 14ª  | JUIZADO ESPECIAL                          |
| 15ª  | JUIZADO ESPECIAL                          |
| 16ª  | MISTA (CÍVEL, CRIMINAL, EXEC. FISCAL)     |
| 17ª  | MISTA (CÍVEL, CRIMINAL, EXEC. FISCAL)     |



|     |                                       |
|-----|---------------------------------------|
| 18ª | MISTA (CÍVEL, CRIMINAL, EXEC. FISCAL) |
| 19ª | JUIZADO ESPECIAL                      |
| 20ª | MISTA (CÍVEL, CRIMINAL, EXEC. FISCAL) |
| 21ª | CÍVEL                                 |
| 22ª | EXECUÇÃO FISCAL                       |
| 23ª | MISTA (CÍVEL, CRIMINAL, EXEC. FISCAL) |
| 24ª | MISTA (CÍVEL, CRIMINAL, EXEC. FISCAL) |

**■ Seção Judiciária de Alagoas****a) Nome completo e oficial da Unidade:**

Seção Judiciária do Estado de Alagoas

**b) CNPJ:**

05.419.211/0001-87

**c) Natureza Jurídica:**

Pessoa Jurídica de Direito Público

**d) Vinculação Ministerial:**

Não há, tendo em vista tratar-se de órgão que compõe o Poder Judiciário Federal

**e) Endereço Completo da Sede:**

Avenida Menino Marcelo, S/N, Via Expressa, Serraria, Maceió/AL. CEP: 57046-000

Telefone: 082 2122 4100

**f) Endereço da página institucional na internet:**

[www.jfal.com.br](http://www.jfal.com.br)

**g) Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no SIAFI, quando houver:**

UG/Gestão: 090010/00001 – Alagoas

**h) Normas de criação e finalidade da Unidade Jurisdicionada:**

Criação: Lei 5.010/66

Finalidade: Art. 109 da CF/88

**i) Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame nas contas:**

Resolução nº 23, de 25 de maio de 2005.

| <b>Dados</b>                                       | <b>Descrição</b>  |
|--|---|
| Unidade gestora                                    | 090010 – Seção Judiciária do Estado de Alagoas              |
| Ordenador de despesas (2005)                       | Paulo Machado Cordeiro                                      |
| Ordenador de despesas substituto (2005)            | Raimundo Alves do Campos Júnior                             |
| Responsável pela administração                     | Helena Pinheiro Machado Ferreira / Maria Teresa Lima Aragão |
| Encarregado do almoxarifado                        | Deise Ferreira Esteves (em exercício)                       |
| Encarregado para depósito de mercadoria apreendida | Maria Teresa Pires de Souza                                 |
| Encarregado do Setor Financeiro                    | Everaldo Lemos Soares / Helena Maria da Silva               |

**j) Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:****k) Composição da Seção Judiciária:**

Diretor do Foro: Paulo Machado Cordeiro

Vice-diretor do foro: Raimundo Alves de Campos Júnior

| <b>Vara</b> | <b>Magistrado</b>                 | <b>Condição</b>          |
|-------------|-----------------------------------|--------------------------|
| 1ª          | Leonardo Resende Martins          | Juiz Federal             |
| 2ª          | Sérgio José Wanderley de Mendonça | Juiz Federal             |
| 3ª          | Paulo Machado Cordeiro            | Juiz Federal             |
| 3ª          | Cíntia Menezes Brunetta           | Juíza Federal Substituta |
| 4ª          | Sebastião José Vasques de Moraes  | Juiz Federal             |
| 5ª          | Raimundo Alves de Campos Júnior   | Juiz Federal             |
| 6ª          | André Luís Maia Tobias Granja     | Juiz Federal             |
| 7ª          | Frederico Wildson da Silva Dantas | Juiz Federal             |
| 8ª          | Rubens de Mendonça Canuto Neto    | Juiz Federal             |





Competência das Varas:

| <b>Vara</b> | <b>Competência</b>                                      |
|-------------|---|
| 5ª          | Privativa de Execuções Fiscais (Resolução nº 05/1999)   |
| 6ª          | Juizados Especiais I e II (Resoluções nº 14 e 15/2003)  |
| 8ª          | Subseção Judiciária de Arapiraca (Resolução nº 05/2005) |

### ■ Seção Judiciária de Sergipe

**a) Nome completo e oficial da Unidade:**

Justiça Federal de Primeiro Grau em Sergipe

**b) CNPJ:**

05.426.567/0001-48

**c) Natureza Jurídica:**

Pessoa Jurídica de Direito Público

**d) Vinculação Ministerial:**

Não há, tendo em vista tratar-se de órgão que compõe o Poder Judiciário Federal.

**e) Endereço completo da sede:**

Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, bairro Capucho, Aracaju/SE. CEP:

Telefone: 079 3216 2347 / Facsímile: 079 3216 2208

**f) Endereço da página institucional na internet:**

[www.jfse.gov.br](http://www.jfse.gov.br)

**g) Código e nome do órgão, das unidades gestoras (UGs) e gestões utilizados no SIAFI, quando houver:**

UG/Gestão: 090011/00001 – Justiça Federal de Sergipe

**h) Normas de criação e finalidade da Unidade Jurisdicionada:**

Criação: Lei 5.010/66

Finalidade: Art. 109 da CF/88

**i) Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame nas contas:**

Resolução nº.3 de 02 de maio de 2005

**j) Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas:**

| <b>Dados</b>                                       | <b>Descrição</b>                     |
|--|--------------------------------------|
| Unidade gestora                                    | 090011 – Seção Judiciária de Sergipe |
| Ordenador de Despesas (2005)                       | Carlos Rebelo Júnior                 |
| Ordenador de despesas substituto (2005)            | Dr. Ivan Lira de Carvalho            |
| Responsável pela administração                     | Valéria de Carvalho Vieira           |
| Encarregado do almoxarifado                        | Edvaldo Raimundo da Silva            |
| Encarregado para depósito de mercadoria apreendida | Adelson de Oliveira Santos           |
| Encarregado do Setor Financeiro                    | Clóvis Freire de Santana             |

**k) Composição da seção judiciária:**

Diretor do Foro: Telma Maria Santos

Vice-diretor do foro: Almiro José da Rocha Lemos

Subdiretor do Foro/ 6ª Vara (Itabaiana): Almiro José da Rocha Lemos

Subdiretor do Foro/ 7ª Vara (Estância): Ronivon de Aragão

| <b>Vara</b> | <b>Magistrado</b>                         | <b>Condição</b>          |
|-------------|---|--------------------------|
| 1ª          | Ricardo César Mandarino Barretto          | Juiz Federal             |
| 1ª          | Lidiane Vieira Bomfim Pinheiro de Meneses | Juíza Federal Substituta |
| 2ª          | Vladimir Souza Carvalho                   | Juiz Federal             |
| 3ª          | Edmilson da Silva Pimenta                 | Juiz Federal             |
| 3ª          | Mário Azevedo Jambo                       | Juiz Federal Substituto  |
| 4ª          | Telma Maria Santos                        | Juíza Federal            |
| 5ª          | Carlos Rebelo Júnior                      | Juiz Federal             |
| 5ª          | Jorge André de Carvalho Mendonça          | Juiz Federal Substituto  |
| 6ª          | Almiro José da Rocha Lemos                | Juiz Federal             |



|    |                             |                         |
|----|-----------------------------|-------------------------|
| 6ª | Fernando Escrivani Stefaniu | Juiz Federal Substituto |
| 7ª | Ronivon de Aragão           | Juiz Federal            |

**Competência das Varas:**

| <b>Vara</b> | <b>Competência</b>   |
|-------------|--|
| 4ª          | Privativa das Execuções Fiscais (Resolução nº 09/1999)               |
| 5ª          | Destinada aos Juizados Especiais I e II (Resoluções nº 14 e 15/2003) |
| 6ª          | Sediada na cidade de Itabaiana/SE                                    |
| 7ª          | Sediada na cidade de Estância/SE                                     |

## 1.1. REALIZAÇÕES DA GESTÃO 2005

Diante da missão de julgar com eficiência, eficácia e rapidez, a fim de conduzir à paz social nos Estados sob sua jurisdição, destacam-se as seguintes ações adotadas e os resultados alcançados no ano de 2005:

### ■ CELERIDADE NO JULGAMENTO DOS PROCESSOS

É imperioso comentar sobre os resultados apresentados pelas Seções Judiciárias da 5ª Região, com relação ao volume de processos julgados, que apresentou um incremento de 53% com relação ao ano de 2004. O exercício de 2004 foi fechado com 719.421 processos em tramitação e, em 2005, foram distribuídos mais 411.861 processos, o que resulta em um total de 1.131.282 processos.

Tabela 2 – Movimentação Processual das Seções Judiciárias da 5ª Região

| Processo      | 2004    | 2005    | Incremento   |    |
|---------------|---------|---------|--------------|----|
|               |         |         | Quantitativo | %  |
| Distribuídos  | 248.912 | 411.861 | 162.949      | 65 |
| Julgados      | 151.094 | 231.739 | 80.645       | 53 |
| Remanescentes | 719.421 | 800.093 | 80.672       | 11 |

Fonte: Corregedoria do TRF da 5ª Região

Pode-se afirmar que este fato é mérito de dois principais fatores: a efetividade dos Juizados Especiais Federais (JEF's) e a instalação de 19 novas varas na 5ª Região, além da nomeação de 15 novos juízes substitutos.

Vale ressaltar que, em que pese o esforço para o aumento do número de processos julgados, nota-se que só foi possível julgar um quantitativo próximo de 60% dos processos recebidos (processos distribuídos), nos exercícios de 2004 e 2005, contribuindo, dessa forma, para crescer os processos em tramitação (remanescentes), conforme se depreende nos números apresentados na Tabela 2 – Movimentação Processual das Seções Judiciárias da 5ª Região.

A celeridade comprovada nos JEF's reconquistou a confiança da população, sobretudo os mais carentes, uma vez que o benefício tem valor limitado a 60 (sessenta) salários-mínimos. Isso favorece um número maior de pessoas pelos JEF's, resgatando,



assim, uma parcela da sociedade que, até então, não recorria à Justiça Federal, seja por não acreditar em seus resultados ou por não dispor de recursos financeiros.

Em 2005, os Requisitórios de Pequeno Valor (RPV's) tiveram um incremento em sua quantidade de 27% com relação ao ano anterior, ampliando o número de pessoas beneficiadas em 45% e atingindo um montante financeiro 39% maior. Tudo isso em reflexo ao aumento de 61% na quantidade de processos julgados nestes juizados, em relação ao exercício anterior.

Tabela 3 – Requisitórios de Pequeno Valor

| RPV's         | 2004           | 2005           | Incremento     |    |
|---------------|----------------|----------------|----------------|----|
|               |                |                | Quantitativo   | %  |
| Quantidade    | 28.395         | 35.981         | 7.586          | 27 |
| Beneficiários | 45.696         | 66.249         | 20.553         | 45 |
| Valor         | 258.739.162,62 | 360.056.879,52 | 101.317.716,90 | 39 |

Fonte: Secretaria Judiciária -TRF

O pagamento destes RPV's também ganhou maior celeridade, em decorrência de um acordo firmado com a Caixa Econômica Federal para promover o pagamento de forma descentralizada, em qualquer agência dos Estados contemplados na 5ª Região, a exemplo do que já vinha acontecendo em Pernambuco.

Também para garantir a celeridade processual foram realizadas ações para modernização tecnológica, dentre estas a de maior destaque refere-se à implantação do Sistema CRETA – Juizado Digital nos JEF's, desenvolvido em tecnologia de software livre, que visa tornar mais rápida a tramitação dos autos e facilitar o acesso das partes e advogados, pois possibilita a consulta, entrada de petições e movimentação processual pela Internet.

Este sistema viabilizou a criação dos Juizados Digitais, também chamados de “a Justiça sem papel”, sendo todas as informações e documentos processuais mantidos digitalmente.

O sistema TEBAS (Sistema Único de Movimentação Processual das Seções Judiciárias) também passou por melhorias, que fundamentalmente otimizaram os controles e reduziram os documentos físicos.

Nas Seções Judiciárias tivemos, ainda, o desenvolvimento da emissão de Certidão Negativa *on line*, através da internet, o que tem se demonstrado eficiente e de custo zero para o cidadão, acompanhado da ampliação do horário de entrega de certidões e do recebimento de petições, que está funcionando diariamente das 8 h às 18 h.

No TRF da 5ª Região, também tivemos um aumento de 10% no quantitativo de processos julgados com relação ao ano anterior, crescimento mais discreto do que o apresentado pelas Seções Judiciárias. Ademais, houve um crescimento da demanda judicial não correspondente ao aumento na capacidade de julgamento, ou seja, na quantidade de desembargadores federais.

Verificando estritamente os números do biênio 2004/2005, apresentados na Tabela 4 – Movimentação Processual do TRF da 5ª Região, observamos que esta Corte consegue julgar uma quantidade superior aos processos distribuídos durante o exercício de 2004 e no ano subsequente 99,6% da sua distribuição. Entretanto, o quantitativo de processos em tramitação (remanescentes) continua a apresentar valores expressivos em cada exercício e crescimento ao longo do período em comento, mesmo que de maneira acanhada.

**Tabela 4 – Movimentação Processual do TRF da 5ª Região**

| Processo      | 2004   | 2005   | Incremento   |    |
|---------------|--------|--------|--------------|----|
|               |        |        | Quantitativo | %  |
| Distribuídos  | 29.429 | 37.175 | 7.746        | 26 |
| Julgados      | 33.548 | 37.038 | 3.490        | 10 |
| Remanescentes | 67.741 | 71.738 | 3.997        | 6  |

Fonte: Secretaria Judiciária do TRF da 5ª Região.

Considerando estes dados e a média anual de julgamento, foi encaminhado ao Conselho Federal de Justiça um projeto de ampliação do número de cargos de Desembargadores Federais da 5ª Região para 43, a fim de dotar esta Corte de quantitativo de cargos necessários para otimizar e desenvolver uma justiça de resultados.

Com relação à modernização tecnológica judiciária do Tribunal, foi desenvolvido um sistema de atendimento ao público, utilizando software livre, facilitando o processo de identificação de advogados, visitantes e freqüentadores do Tribunal, com crachás específicos de cores distintas. O público usuário conta com terminais eletrônicos para consulta processual *on line* e a ajuda de um atendente especializado, a fim de facilitar o acesso à informação.

**■ DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL**

No exercício de 2005, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região buscou, em face do advento da Lei nº 10.772/2003, dar continuidade ao processo de popularização e democratização da Justiça Federal, instalando 19 (dezenove) Varas Federais, distribuídas da seguinte forma:

**Tabela 5 - Novas Varas Federais**

| <b>Seção Judiciária</b> | <b>Cidade</b>     | <b>Varas Instaladas</b> |
|-------------------------|-------------------|-------------------------|
| Rio Grande do Norte     | Caicó             | 01                      |
| Pernambuco              | Petrolina         | 01                      |
|                         | Serra Talhada     | 01                      |
|                         | Caruaru           | 01                      |
|                         | Garanhuns         | 01                      |
|                         | Salgueiro         | 01                      |
|                         | Recife            | 03                      |
| Sergipe                 | Estância          | 01                      |
| Paraíba                 | Campina Grande    | 02                      |
| Alagoas                 | Arapiraca         | 01                      |
| Ceará                   | Sobral            | 02                      |
|                         | Juazeiro do Norte | 02                      |
|                         | Fortaleza         | 02                      |

Destas novas Varas Federais instaladas, 12 foram nas cidades do interior dos Estados que compõem a 5ª Região, o que demonstra disposição desta Corte em aproximar a Justiça Federal da população interiorana.

Para dar condições de operacionalizar os trabalhos da Justiça Federal com a criação destas Varas, o TRF da 5ª Região abriu concurso para Juiz Federal Substituto e empossou 15 juízes para atuarem junto à demanda e foram nomeados na 5ª Região 550 novos servidores para 452 provimentos originários.

Cabe informar que, nas estatísticas apresentadas pelo Conselho de Justiça Federal em 2005, a quantidade de Juízes do 1º grau por habitantes na 5ª região corresponde a 239.193, demonstrando a mais desfavorável média dentre as demais regiões da Justiça Federal, conforme tabela abaixo:

**Tabela 6– Habitantes por Juiz Federal de 1º Grau**

| Região | Número de habitante por Juiz de 1º grau |
|--------|---|
| TRF 1  | 234.462                                 |
| TRF 2  | 92.317                                  |
| TRF 3  | 187.750                                 |
| TRF 4  | 91.531                                  |
| TRF 5  | 239.193                                 |

Fonte: Conselho de Justiça Federal

Saliente-se, de logo, que já foram também implantados Juizados Especiais Federais (JEF's) autônomos ou adjuntos em todas as cidades acima nominadas. Dessa forma, além de ampliar o acesso à Justiça Federal, houve também uma democratização da mesma, uma vez que a implantação de JEF representa acesso fácil e resultado rápido, pois o rito processual dos Juizados Federais Especiais é mais simples.

#### ■ MANUTENÇÃO DO PATAMAR DE DESPESAS

Quanto à execução orçamentária do ano de 2005 do Tribunal da 5ª Região manteve-se no mesmo patamar dos dois anos anteriores (2003 e 2004).

Comparativamente com 2004, as despesas com pessoal e custeio mantiveram-se tecnicamente constantes, sendo que para este último é necessário considerar que para o exercício de 2005 incidiram reajustes em todos os contratos, além do aumento de tarifas de água, energia e telecomunicação. Teve-se também um acréscimo de 11% para os benefícios fornecidos; 30% de acréscimo na realização de investimentos, 51% de acréscimo nas despesas relacionadas a projetos de informática e uma redução de 36% no montante do dispêndio em obras e reformas de imóveis.

**Tabela 7 – Execução Orçamentária TRF da 5ª Região**

| Execução Orçamentária       | 2004               | 2005               | Incremento     |          |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|----------------|----------|
|                             |                    |                    | Quantitativo   | %        |
| Pessoal                     | 82.068.000         | 80.997.416         | - 1.070.584    | -1       |
| Benefícios                  | 6.713.934          | 7.442.825          | 728.891        | 11       |
| Custeio                     | 10.880.914         | 11.539.979         | 659.065        | 6        |
| Investimentos               | 1.961.794          | 2.549.279          | 587.485        | 30       |
| Projetos de Informática     | 1.716.514          | 2.590.453          | 875.268        | 51       |
| Obras e Reformas de Imóveis | 4.067.815          | 2.590.782          | -1.477.033     | -36      |
| <b>Total</b>                | <b>107.408.971</b> | <b>107.710.734</b> | <b>301.763</b> | <b>1</b> |

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade TRF 5ª Região.





Torna-se imperioso destacar, também, que para um incremento de apenas 1% no total de despesas, conforme depreende-se da Tabela 7 – Execução Orçamentária TRF da 5ª Região, comparando-se os exercícios de 2004 e 2005, teve-se, na referida Corte, um aumento de 10% no quantitativo de processos julgados, como demonstrado na Tabela 4 – Movimentação Processual do TRF da 5ª Região

Quanto às Seções Judiciárias da 5ª Região, teve-se um aumento da execução orçamentária total em 17%, Tabela 8 – Execução Orçamentária Seções Judiciárias da 5ª Região, com relação ao ano anterior, reflexo principalmente das despesas em investimentos e projetos de informática realizados com a finalidade de ampliar e otimizar a prestação jurisdicional na Justiça Federal de 1º Grau, objetivo que vem sendo atingindo quando se observa o aumento de processos julgados pelas Seções Judiciárias, que com relação a 2004 teve o seu quantitativo aumentado em 53%, como demonstrado na Tabela 2 – Movimentação Processual das Seções Judiciárias da 5ª Região, apresentada anteriormente.

**Tabela 8 – Execução Orçamentária Seções Judiciárias da 5ª Região**

| Execução Orçamentária       | 2004               | 2005               | Incremento        |           |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-----------|
|                             |                    |                    | Quantitativo      | %         |
| Pessoal                     | 227.707.072        | 248.724.478        | 21.017.406        | 9         |
| Benefícios                  | 13.450.915         | 15.616.085         | 2.165.170         | 16        |
| Custeio                     | 21.193.137         | 36.084.552         | 14.891.415        | 70        |
| Investimentos               | 4.974.968          | 11.616.426         | 6.641.458         | 133       |
| Projetos de Informática     | 2.219.230          | 4.056.730          | 1.837.500         | 83        |
| Obras e Reformas de Imóveis | 6.438.094          | 7.400.873          | 962.779           | 15        |
| <b>Total</b>                | <b>275.985.420</b> | <b>323.499.144</b> | <b>47.515.728</b> | <b>17</b> |

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade TRF 5ª Região.

Merece destaque o incremento do uso do Pregão pelo Tribunal e Seções Judiciárias da 5ª Região, das 355 licitações realizadas, 280 foram nesta modalidade, o que representa 68,5% do total. Tal procedimento resultou efetivamente em uma economia para o erário público da ordem de R\$ 2.120.450,15 só no TRF 5ª Região, decorrente da diferença entre o preço de mercado e o de efetiva aquisição.

**Tabela 9 – Pregão**

| Unidade      | Total de licitações* |            | Pregões              |            | % de Pregões sobre o total |
|--------------|----------------------|------------|----------------------|------------|----------------------------|
|              | Valor                | Qtde       | Valor                | Qtde       |                            |
| SJ CE        | 7.321.266,55         | 64         | 5.884.591,66         | 53         | 80,38%                     |
| SJ RN        | 5.433.144,025        | 50         | 3.180.586,72         | 44         | 58,54%                     |
| SJ PB        | 4.386.244,57         | 30         | 3.322.119,24         | 20         | 75,74%                     |
| SJ PE        | 12.977.723,97        | 77         | 7.535.783,28         | 54         | 58,07%                     |
| SJ AL        | 4.4123.801,11        | 43         | 3.354.177,71         | 38         | 81,34%                     |
| SJ SE        | 3.972.697,03         | 20         | 1.649.240,79         | 6          | 41,51%                     |
| TRF          | 19.880.292,68        | 71         | 16.643.788,58        | 65         | 83,72%                     |
| <b>Total</b> | <b>58.095.170,16</b> | <b>355</b> | <b>41.570.287,98</b> | <b>280</b> | <b>68.47%</b>              |

Fonte: SIAFI, Seções Judiciárias e Secretaria Administrativa do TRF 5ª REGIÃO.

\* Neste total estão consideradas as licitações realizadas nas modalidades: Convite, Tomada de Preço, Concorrência e Pregão.

Ainda em 2005, o Tribunal substituiu os celulares dos magistrados, diretores e supervisores, por aparelhos com tecnologia GSM, que garantem maior segurança com relação à possibilidade de clonagem e apresentam melhor qualidade no serviço de telefonia móvel. Os novos equipamentos já chegaram com os números dos usuários na memória, facilitando o contato entre os desembargadores federais e profissionais desta Corte que utilizam o celular de serviço.

Destaca-se principalmente que tal medida propiciou, além da condição tecnológica mais favorável, melhores condições financeiras, uma vez que a operadora vencedora da licitação apresentou o menor preço nas tarifas.

Também foram adotadas também medidas para reduzir os custos mensais com o serviço de telefonia móvel, a exemplo da limitação no valor fixo, entre outras modificações contidas na Resolução nº 39 do Conselho de Administração desta Corte.

#### ■ MELHORIAS ADMINISTRATIVAS

No Tribunal, foi realizada uma reestruturação da Administração a partir de um Mapeamento dos Processos, quando foram entrevistados 62 supervisores e verificou-se a urgência de mudanças na rotina de trabalho.



Com o objetivo de promover uma integração mais eficaz entre os setores do Tribunal, foi realizada uma reestruturação nas funções organizacionais, previstas no desenho do TRF, a fim de se manter uma lógica mínima necessária ao bom funcionamento da Instituição através de remanejamento e transformação de funções.

Como resultado dessa reestruturação, ampliou-se o número de funções para atender aos serviços que não existiam anteriormente, nas áreas de: Arquivo, Contadoria, RPV, Atendimento, Planejamento, Controle Interno, Distribuição, Estatística e outros. Com isso, reduzem-se as diferenças existentes entre a área Administrativa e a Judiciária, refletindo de forma positiva na valorização do servidor. Tal medida também foi implementada nas Seccionais.

Destaca-se, ainda, a modernização do almoxarifado, iniciada com a contratação de uma consultoria externa, que ministrou oficinas teóricas e práticas, envolvendo os setores afins, com o objetivo de elencar necessidades e estudar os fluxos. O trabalho contou com o apoio da Subsecretaria de Informática, que desenvolveu o Sistema Empório, para atender às demandas do setor e possibilitar que as requisições fossem atendidas de forma *on-line*. Também contou com a Diretoria Geral, através da CPM, que auxiliou no redesenho das rotinas de trabalho, suprimindo as deficiências de pessoal, mudança de *lay-out* e aquisição de equipamentos (galéias, reboque, prateleiras e outros).

Esta modernização no almoxarifado proporcionou, também, eliminação de autos findos e diversos documentos do TRF e Seções Judiciárias, de acordo com o PCTT – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade.

Também em 2005, foi realizada a substituição de cerca de 30% do parque tecnológico do Tribunal e Seções Judiciárias por máquinas mais modernas, tais como: servidores, *notebooks* e equipamentos para o Pleno, além de equipamentos de rede e de *backup* corporativo de alta velocidade.

Foram concluídas as obras de construção das sedes próprias de Mossoró – RN; Sousa – PB e do Anexo II do Recife – PE e adquiridos 19 veículos para as Seções Judiciárias e o Tribunal.



Ressalta-se que para o alcance de tais objetivos foi fundamental a concessão de crédito orçamentário suplementar obtido pelo TRF da 5ª Região junto ao Ministério do Planejamento, que significou um aporte de R\$ 10 milhões ao orçamento da Justiça Federal.

A fim de otimizar a prestação jurisdicional, o Tribunal, juntamente com as Seções Judiciárias, elaborou e aplicou uma pesquisa de satisfação ao cliente externo de forma regionalizada, sob a coordenação do Escritório da Qualidade, visando colher subsídios e conhecer melhor as urgências a serem sanadas.

Com a ajuda de estagiários de nível superior, foram aplicados 1.994 questionários aos usuários da Justiça Federal de 1º e 2º Grau (parte/advogados/procuradores e outros). Muitos critérios foram avaliados, dentre estes a qualidade do atendimento, a infra-estrutura, a comunicação e o acompanhamento processual. A nota geral atribuída ao TRF da 5ª Região, pelos usuários externos mais representativos (advogados/partes) foi 8,84 e as Seções Judiciárias ficaram em média com 8,22.

Com relação ao TRF 5ª Região, os principais pontos identificados nesta pesquisa foram:

- Melhoria significativa do atendimento pelos servidores e a facilidade para se conseguir os serviços, no entanto houve queixas relativas à dificuldade de identificação dos servidores, em virtude da não utilização costumeira de crachás;
- Queixas quanto à utilização do estacionamento, que ainda em 2005, como reação a esta questão, foram adotados novos critérios para utilização do estacionamento, inclusive fornecendo carteira de acesso;
- Críticas negativas com relação a diversos problemas apresentados no *site* desta Corte. Em virtude desta pesquisa, o *site* sofreu grandes alterações, visando atender as sugestões dos próprios usuários e eliminar as principais reclamações;
- Ausência de um canal para reclamações/sugestões. Para sanar esta dificuldade foi implantada a “Caixa de Sugestões” e setor de atendimento ao público, que além de acatar às demandas na recepção, atende, também, as decorrentes do e-mail corporativo.

## ■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Estreitando os laços com a sociedade local, em 2005 o Tribunal Regional da 5ª Região adotou as seguintes medidas:

Em nome da cultura, criou e oficializou o Espaço Cultural, onde vários artistas locais dos mais diversos segmentos, incluindo até de renome internacional, como Romero Brito, expuseram os seus trabalhos.

Preocupado com questões ambientais, deu os primeiros passos para o lançamento do projeto Gestão Ambiental, com exposição sobre o tema e lançamento da cartilha informativa a respeito dos benefícios que um programa de reciclagem pode trazer à Instituição e o meio ambiente.

Considerando as questões educacionais, o Tribunal tem recebido a visita de colégios e universidades, como parte de suas atividades curriculares.

Ao final do ano de 2005, realizou o concurso de Monografias nas categorias externa e interna, sobre o servidor público. O tema da categoria interna foi *O Perfil do Servidor Público na Sociedade Moderna*, enquanto a categoria externa tratou sobre *O Servidor Público e a Probidade Administrativa*.

Com o apoio do Tribunal, alguns servidores desenvolveram trabalhos sociais na carente comunidade do Pilar, localizada nas imediações da sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para comemoração do dia das crianças e celebração do Natal, bem como fornecimento de material escolar.

Também foram realizados diversos eventos buscando promover a integração entre magistrados e servidores, tais como o festejo de momo, junino, dia do servidor público, confraternização natalina e comemoração dos aniversariantes do mês.

Nas Seções Judiciárias da 5ª Região foi criada a Quinta Jurídica, que corresponde a um evento mensal (aberto ao público), em que três palestrantes convidados discutem temas atuais do mundo jurídico e o Núcleo de Prática Jurídica nas universidades, aproximando os alunos da prática da advocacia e oferecendo mais opções à comunidade que procura a Justiça.



## **2. OBJETIVOS E METAS**

A Lei nº 11.100, de 25/01/2005, aprovou o Orçamento Geral da União – OGU para 2005, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. Coube à Justiça Federal da 5ª Região, incluindo os créditos adicionais autorizados por intermédio das Leis n.º 11.157/05, 11.158/05, 11.219/05, 11.222/05 e 11.247/05, a importância de R\$ 1.034.714.867,00 (um bilhão, trinta e quatro milhões, setecentos e quatorze mil e oitocentos e sessenta e sete reais). Estando aí incluída a dotação descentralizada recebida para pagamento de Precatórios e RPV's.

Os créditos foram disponibilizados por meio das duas Unidades Orçamentárias, sendo a UO 12.101, destinada à alocação de recursos para a Justiça Federal de 1º Grau e a UO 12.106, para a Justiça Federal de 2º Grau.

Dos três programas constantes na Lei de Meios de 2005, destinados à Justiça Federal, destaca-se o Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal, desdobrado em vinte e seis ações, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus. Toda a comunidade jurisdicionada figura como público-alvo, destinatária que é dos benefícios diretos e legítimos provenientes de sua execução.

O segundo programa constante na Lei de Meios de 2005, destinados à Justiça Federal é o Programa Previdência de Inativos e pensionistas da União - 0089, desdobrado em uma ação, executada no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, qual seja a Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões – 0396.

De acordo com o previsto na Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (Plano Plurianual para o período de 2004/2007), o Programa tem como objetivo o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas, incluídas aposentadorias e pensão mensal, gratificação natalina e eventuais despesas de exercícios anteriores. Os beneficiários são todos os magistrados, servidores e seus dependentes ligados à Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus.

O terceiro programa constante na Lei de Meios de 2005 é o Programa de Operações Especiais Cumprimento de Sentenças Judiciais - 0901, desdobrado em duas ações: ação



cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – 0005, e ação cumprimento de sentença judicial transitada em julgado de pequeno valor devida pela União, Autarquias e Fundações – 0625. Figuram como beneficiários deste programa todos aqueles titulares de créditos oriundos de processos judiciais, que contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exeqüenda (precatórios), bem como das sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor (RPV's).

**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
EXERCÍCIO 2005  
DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AUTORIZADA**

**Órgão:** 12000 – Justiça Federal  
**Unidade Orçamentária:** 12101 – Justiça Federal de 1º Grau  
12106 – Tribunal de Justiça Federal da 5ª Região

### **2.1. PROGRAMA: 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL**

**OBJETIVO:** Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

**2.1.1. ATIVIDADES**
**Tabela 10 - Dotação Autorizada Atividades do Programa 0569**
**R\$ 1,00**

| Ação   | Dotação autorizada              |                   |
|--|---------------------------------|-------------------|
|  | Orçamentária                    | Física            |
| <b>Ação: 2004</b> - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.<br><b>Produto:</b> Pessoa beneficiada (unidade)<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b> | 6.030.720,00<br>2.952.920,00    | 7.088<br>2.552    |
| <b>Ação: 2010</b> - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados<br><b>Produto:</b> Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b>  | 1.341.000,00<br>367.000,00      | 1.299<br>204      |
| <b>Ação: 2011</b> - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados<br><b>Produto:</b> Servidor beneficiado (unidade)<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b>                                 | 458.160,00<br>112.320,00        | 773<br>156        |
| <b>Ação: 2012</b> - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados<br><b>Produto:</b> Servidor beneficiado (unidade)<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b>                                | 12.313.704,00<br>4.033.360,00   | 2.343<br>670      |
| <b>Ação: 4091</b> - Capacitação de Recursos Humanos<br><b>Produto:</b> Servidor capacitado (unidade)<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b>   | 1.227.294,00<br>360.000,00      | 1.448<br>500      |
| <b>Ação: 4224</b> - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes<br><b>Produto:</b> Pessoa Assistida (unidade)<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b>  | 2.241.668,00<br>5.000,00        | 8.966<br>25       |
| <b>Ação: 4257</b> - Julgamento de Causas na Justiça Federal<br><b>Produto:</b> Processo Julgado (unidade)<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b>  | 240.620.408,00<br>85.855.218,00 | 189.444<br>40.000 |
| <b>Total</b>   | <b>357.918.772,00</b>           | <b>-</b>          |

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade TRF 5ª Região.



**2.1.2. PROJETOS**
**Tabela 11 - Dotação Autorizada Projetos do Programa 0569**
**R\$ 1,00**

| Ação  | Dotação autorizada |        |
|---|--------------------|--------|
|   | Orçamentária       | Física |
| <b>Ação: 11QK</b> - Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Fortaleza – CE<br><b>Produto:</b> Sede construída com 40.000 m <sup>2</sup> (% de execução física) 1<br><b>UO 12101</b>  | 290.000,00         | 1,16%  |
| <b>Ação: 1D75</b> - Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal em Limoeiro do Norte – CE<br><b>Produto:</b> Imóvel adquirido com 1.035 m <sup>2</sup> (unidade) 1<br><b>UO 12101</b>         | 103.300,00         | 1      |
| <b>Ação: 1D76</b> - Aquisição de Edifício-Sede da Subseção de Juazeiro do Norte – CE<br><b>Produto:</b> Imóvel adquirido com 500 m <sup>2</sup> (unidade) 1<br><b>UO 12101</b>                  | 340.000,00         | 1      |
| <b>Ação: 1D77</b> - Ampliação de Edifício-Sede da Subseção de Juazeiro do Norte – CE<br><b>Produto:</b> Edifício reformado com 500 m <sup>2</sup> (% de execução física) 100<br><b>UO 12101</b> | 266.700,00         | 100%   |
| <b>Ação: 11YQ</b> - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Sobral – CE<br><b>Produto:</b> Sede construída com 500 m <sup>2</sup> (% de execução física) 50<br><b>UO 12101</b>        | 250.000,00         | 33,44% |
| <b>Ação: 102T</b> - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Mossoró – RN<br><b>Produto:</b> Sede construída com 500 m <sup>2</sup> (% de execução física) 50<br><b>UO 12101</b>       | 886.000,00         | 78%    |
| <b>Ação: 11YG</b> - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Caicó – RN<br><b>Produto:</b> Sede construída com 500 m <sup>2</sup> (% de execução física) 50<br><b>UO 12101</b>         | 250.000,00         | 50%    |
| <b>Ação: 102V</b> - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Sousa – PB<br><b>Produto:</b> Sede construída com 500 m <sup>2</sup> (% de execução física) 51<br><b>UO 12101</b>         | 769.500,00         | 63,59% |

*(continua)*



| Ação: Projeto   | Dotação autorizada         |          |
|---|----------------------------|----------|
|   | Orçamentária               | Física   |
| <b>Ação: 102Q</b> - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Caruaru – PE<br><b>Produto:</b> Sede construída com 2.000 m <sup>2</sup> (% de execução física) 37<br><b>UO 12101</b>     | 750.000,00                 | 29%      |
| <b>Ação: 11YK</b> - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Serra Talhada – PE<br><b>Produto:</b> Sede construída com 500 m <sup>2</sup> (% de execução física) 50<br><b>UO 12101</b> | 250.000,00                 | 50%      |
| <b>Ação: 1E28</b> - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arapiraca – AL<br><b>Produto:</b> Prédio construído (unidade) 1<br><b>UO 12101</b>  | 500.000,00                 | 1        |
| <b>Ação: 102W</b> - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Itabaiana – SE<br><b>Produto:</b> Sede construída com 500 m <sup>2</sup> (% de execução física) 72<br><b>UO 12101</b>     | 897.690,00                 | 82%      |
| <b>Ação: 1136</b> - Modernização de Instalações da Justiça Federal<br><b>Produto:</b> Instalação modernizada (unidade)<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b>                                    | 552.702,00<br>2.601.805,00 | 7<br>3   |
| <b>Ação: 1886</b> - Construção do Edifício-Anexo II da Seção Judiciária em Recife – PE<br><b>Produto:</b> Anexo construído com 3.378 m <sup>2</sup> (% de execução física) 8<br><b>UO 12101</b> | 1.912.000,00               | 29%      |
| <b>Ação: 3755</b> - Implantação de Varas Federais<br><b>Produto:</b> Vara federal instalada (unidade)<br><b>UO 12101</b>  | 3.583.223,00               | 19       |
| <b>Ação: 3757</b> - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal<br><b>Produto:</b> Sistema implantado (% de execução física)<br><b>UO 12101</b>   | 6.649.878,00               | 6,240%   |
| <b>Total</b>  | <b>20.852.798,00</b>       | <b>-</b> |

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade TRF da 5ª Região.



### 2.1.3. OPERAÇÕES ESPECIAIS

Tabela 12 - Dotação Autorizada Operações Especiais do Programa 0569

R\$ 1,00

| Ação  | Dotação orçamentária |        |
|---|----------------------|--------|
|   | Financeira           | Física |
| <b>Ação: 09HB</b> – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. |                      |        |
| <b>UO 12101</b>   | 36.407.875,00        |        |
| <b>UO 12106</b>   | 12.003.601,00        |        |
| <b>Total</b>  | <b>48.411.475,10</b> |        |

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade TRF 5ª da Região.

## 2.2. PROGRAMA: 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

### 2.2.1. OPERAÇÕES ESPECIAIS

Tabela 13 - Dotação Autorizada Operações Especiais do Programa 0089

R\$ 1,00

| Ação  | Dotação Orçamentária |        |
|---|----------------------|--------|
|   | Financeira           | Física |
| <b>Ação: 0396</b> – Pagamento de Aposentadorias e Pensões |                      |        |
| <b>Produto:</b> Pessoa Beneficiada (unidade)              |                      |        |
| <b>UO 12101</b>   | 49.493.528,00        | 393    |
| <b>UO 12106</b>   | 6.683.554,00         | 50     |
| <b>Total</b>  | <b>56.177.082,00</b> |        |

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade TRF da 5ª Região.

**2.3. PROGRAMA: 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS****2.3.1. OPERAÇÕES ESPECIAIS**

Tabela 14 - Tabela 9 - Dotação Autorizada Operações Especiais do Programa 0901

R\$ 1,00

| <b>Ação</b>  | <b>Dotação Orçamentária</b> |               |
|--|-----------------------------|---------------|
|  | <b>Financeira</b>           | <b>Física</b> |
| <b>Ação: 0005</b> – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional<br><b>UO 12106</b>    | 172.829.472,00              |               |
| <b>Ação: 0625</b> – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional<br><b>UO 12106</b> | 378.525.267,00              |               |
| <b>Total</b>   | <b>551.354.739</b>          |               |

Fonte: Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade TRF da 5ª Região.



### 3. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

#### 3.1. EFICÁCIA DAS ATIVIDADES/PROJETOS/OPERAÇÕES ESPECIAIS POR AÇÃO

Em um primeiro momento, objetivando avaliar o desempenho da gestão, das unidades orçamentárias 12101 (Justiça Federal de 1º Grau) e 12106 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região), no exercício de 2005, utilizaremos um indicador, associado ao conceito de *eficácia*, que permite mensurar o grau de cumprimento, de realização, das metas financeiras e físicas programadas. É através desta avaliação que se verifica até que ponto se atingiu o objetivo perseguido das ações implementadas. Assim sendo, o indicador abaixo descrito refletirá a relação entre a execução financeira/física e a meta prevista ou programada no orçamento fiscal e da seguridade social, sendo utilizado para todas as ações, no âmbito das atividades, projetos e operações especiais.

A fórmula do indicador de eficácia das atividades/projetos/operações especiais por ação será:

$$E_{\text{POR AÇÃO}} = \frac{EF}{MF} \times 100$$

Onde:

EF : Execução financeira e física por ação

MF : Meta financeira e física por ação.

#### 3.2. EFICIÊNCIA DOS PROGRAMAS

##### 3.2.1. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Através da taxa de julgamento de processos na Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região, utilizada para avaliar a *eficiência* da prestação jurisdicional, na esfera de ação do programa orçamentário **0569** (Prestação Jurisdicional na Justiça Federal), apuraremos separadamente os resultados relativos às unidades orçamentárias 12101 (Justiça Federal



de 1º Grau) e 12106 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região), sendo de forma consolidada em relação à primeira, para os exercícios de 2004 e 2005, objetivando verificar a sua evolução ao longo do período referenciado.

Os resultados deste indicador espelharão o percentual de processos julgados em relação ao somatório dos processos distribuídos, em cada ano, e o estoque de processos não-julgados do ano antecedente, ou seja, processos remanescentes.

A fórmula da taxa de julgamento de processos será:

$$TJP_{JF 5^a} = \frac{PJ}{PD + EPNJ}$$

Onde:

PJ : Processos Julgados

PD : Processos Distribuídos

EPNJ : Estoque de Processos Não-Julgados.

■ Em relação ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, utilizaremos os valores que compõem a tabela a seguir:

**Tabela 15 – Movimentação Processual do TRF da 5ª Região**

| <b>Processo</b> | <b>2003</b> | <b>2004</b> | <b>2005</b> |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|
| Distribuídos    | 34.750      | 29.429      | 37.175      |
| Julgados        | 35.790      | 33.548      | 37.038      |
| Remanescentes   | 49.972      | 67.741      | 71.738      |

Fonte: Secretaria Judiciária do TRF da 5ª Região

■ Para as Seções Judiciárias que compõem à 5ª Região, trabalharemos com os valores expressos na tabela abaixo:

**Tabela 16 – Movimentação Processual das Seções Judiciárias da 5ª Região**

| <b>Processo</b> | <b>2003</b> | <b>2004</b> | <b>2005</b> |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|
| Distribuídos    | 198.878     | 248.912     | 411.861     |
| Julgados        | 94.295      | 151.094     | 231.739     |
| Remanescentes   | 613.845     | 719.421     | 800.093     |

Fonte: Corregedoria da 5ª Região

### **3.3. INDICADOR DE GESTÃO: TAXA DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO**

$$\text{TCRL} = \frac{\text{DJF}}{\text{RCL}}$$

Onde:

DJF : Despesa executada da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da 5ª Região, excluindo Precatório e RPV

RCL : Valor total da receita corrente líquida da União, divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Este indicador visa apurar o quanto representa, percentualmente, a despesa executada da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região, exceto os valores destinados ao pagamento de precatório e RPV, para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em relação à receita corrente líquida da União.

#### 4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Nesta seção apresenta-se a análise relativa ao indicador de eficiência do desempenho dos programas contidos na Lei Orçamentária, bem como a análise em relação às metas físicas e financeiras realizadas para estes programas e uma avaliação destas com relação às metas inicialmente previstas, mensuradas pelo indicador de Eficácia das Atividades/Projetos/Operações Especiais (**E POR AÇÃO**), indicando as causas de sucessos ou insucessos.

##### 4.1. PROGRAMA 0569: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL

Para avaliação da eficácia do desempenho deste programa, foi definido o indicador Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal (**TJP**), cuja análise de demonstração de resultado é apresentada a seguir, sendo apresentado um quadro específico para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e outro para as suas Seções Judiciárias, de forma consolidada, para os exercícios de 2004 e 2005, assim como a variação de crescimento percentual entre os anos de 2004 e 2005, para os processos distribuídos, julgados e remanescentes.

##### ■ Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Tabela 17 - Taxa de Julgamento de Processos do TRF da 5ª Região

| Processo      | 2003<br>Qtde | 2004<br>Qtde | 2005   |      | TJP  |      |
|---------------|--------------|--------------|--------|------|------|------|
|               |              |              | Qtde   | Δ %  | 2004 | 2005 |
| Distribuídos  | 34.750       | 29.429       | 37.175 | 26,3 | 42,2 | 35,3 |
| Julgados      | 35.790       | 33.548       | 37.038 | 10,4 |      |      |
| Remanescentes | 49.972       | 67.741       | 71.738 | 5,9  |      |      |

Fonte: Secretaria Judiciária do TRF 5ª Região.

##### ■ Seções Judiciárias

Tabela 18 - Taxa de Julgamento de Processos das Seções Judiciárias da 5ª Região

| Processo      | 2003<br>Qtde | 2004<br>Qtde | 2005    |      | TJP  |      |
|---------------|--------------|--------------|---------|------|------|------|
|               |              |              | Qtde    | Δ %  | 2004 | 2005 |
| Distribuídos  | 198.878      | 248.912      | 411.861 | 65,5 | 17,5 | 20,5 |
| Julgados      | 94.295       | 151.094      | 231.719 | 53,4 |      |      |
| Remanescentes | 613.845      | 719.421      | 800.093 | 11,2 |      |      |

Fonte: Corregedoria TRF 5ª Região.



**Avaliação:**

Conforme se depreende da Tabela 17 - Taxa de Julgamento de Processos do TRF da 5ª Região, anteriormente apresentada, a TJP, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, apresenta uma diminuição de 6,9 % entre os anos que compõem o último biênio. No entanto, a quantidade de processos distribuídos aumentou em 26,3% no mesmo período, sendo que o estoque de processos não-julgados, em 31 de dezembro de 2005, aumentou 5,9% em relação à mesma data do ano anterior, apesar de haver um aumento de processos julgados na ordem de 10,4 pontos percentuais. Torna-se importante esclarecer que durante o período em análise atuaram na atividade-fim do Tribunal, o julgamento de processos, a mesma quantidade de desembargadores.

Em relação às Seções Judiciárias que compõem a 5ª Região, Tabela 18 - Taxa de Julgamento de Processos das Seções Judiciárias da 5ª Região, as TJP apresentam um discreto aumento, 3%, no último biênio. Acresce que a distribuição de processos, isto é, a demanda advinda da sociedade, teve um aumento significativo de 65,5%, proporcionando um aumento de 17,2% em relação ao estoque de processos no período de 31 de dezembro de 2004 até a mesma data do ano posterior. Note-se que o percentual de processos julgados obteve um aumento expressivo de 53,4% no lapso temporal em comento, provavelmente em função do aumento do número de Juízes Federais Substitutos empossados, 15, e de 550 novos servidores nomeados na 5ª Região, no exercício de 2005.

Apesar do aumento do número de juízes federais substitutos durante o ano de 2005, o número de habitantes por Juiz para 5ª Região é de 239.193, conforme Quadro Geral de Habitantes por Juiz do 1º Grau – Posição em 31/12/2005<sup>1</sup>, sendo o maior índice entre as cinco regiões da Justiça Federal de 1º Grau.

Diante dos dados utilizados, resultados apurados e fórmula de cálculo do presente indicador, podemos inferir que, para melhorar os resultados da taxa

---

<sup>1</sup> Dado disponível em <http://daleth.cjf.gov.br/atlas/Internet/HabitanteporJuizINTERNET.htm>.

de julgamento de processos (TJP), necessitamos maximizar o julgamento de processos por ano, objetivando, principalmente, a diminuição do estoque de processos entre cada exercício, já que sobre a variável refletora da demanda (processos distribuídos) temos pouca ou nenhuma ingerência, além de permanecer pleiteando a criação de novas Varas Federais, na Justiça Federal de 1º Grau, e a ampliação do número de desembargadores federais para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

#### 4.1.1. ATIVIDADES

**Ação 2004:** Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

**Produto:** Pessoa Beneficiada (Unidade)

Tabela 19 - Execução Orçamentária Ação 2004

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 6.030.720,00  | 7.088  | 6.005.770,21*  | 7.088  | 99,6%      | 100%   |
| 12106                | 2.952,920,00  | 2.552  | 2.952.920,00   | 2.051  | 100%       | 80,4%  |

\* No total desta dotação está incluso R\$ 4.321.683,06 da dotação descentralizada da Justiça Federal de 1º grau UO 12101, executado pela UO 12106.

Fonte: Subsecretaria de Orçamento Finanças e Contabilidade do TRF da 5ª Região

**Avaliação:** A proteção da saúde física e mental de magistrados, servidores e respectivos dependentes, realizada através da prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, busca fornecer-lhes um maior bem-estar, o que reflete em melhor desempenho de suas atividades laborais e, conseqüentemente, maior qualidade na prestação funcional dos que fazem o TRF 5.

Vale destacar que além dos beneficiários do seguro-saúde disponibilizado pelo Tribunal, foram atendidos 4.090 pacientes nas dependências desta Corte para prestação de procedimentos odontológicos.

Do montante total realizado na UO 12106, R\$ 75.524,63 foram inscritos em

Restos a Pagar não-processados, cuja meta já foi considerada em 2005.

Ainda nesta unidade orçamentária existe uma quantidade significativa de servidores que não optaram pelo benefício oferecido do Seguro Saúde, aderindo a um plano particular por sua conta própria, o que não foi previsto quando da construção da meta inicial. Outro fato que contribuiu para o insucesso da meta financeira nesta unidade foi um aumento médio de aproximadamente 22% no preço do Seguro Saúde em 2005, o que ocasionou um dispêndio maior de recursos orçamentários.

**Ação 2010:** Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

**Produto:** Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)

Tabela 20 - Execução Orçamentária Ação 2010

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 1.341.000,00  | 1.299  | 1.223.892,12   | 587    | 91,3%      | 45,2%  |
| 12106                | 367.000,00    | 204    | 364.741,02     | 126    | 99,4%      | 61,8%  |

**Avaliação:** Através da alocação de recursos em benefício do desenvolvimento intelectual dos dependentes (de zero a seis anos) dos magistrados e servidores, foram obtidos efeitos diretos e indiretos, na medida em que esse apoio institucional proporcionou condições para que magistrados e servidores desempenhassem suas funções de forma mais tranqüila e, conseqüentemente, mais satisfatória à comunidade.

A meta física prevista foi elaborada considerando que para cada 3 novos servidores, teria-se 01 novo dependente atendido, no entanto esta previsão não foi concretizada. A diferença apresentada deve-se também à existência de cargos e funções vagos.

Ainda houve, um aumento no valor do benefício concedido pelo Conselho da Justiça Federal que foi aplicado em toda a Justiça Federal de 1º e 2º Graus, ocasionando um aumento do dispêndio orçamentário. O valor anterior



era de R\$ 250,00 por dependente e passou a ser de R\$ 280,00. Havia dotação orçamentária para comportar o referido ajuste.

**Ação 2011:** Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

**Produto:** Servidor Beneficiado (unidade)

Tabela 21 - Execução Orçamentária Ação 2011

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 458.160,00    | 773    | 411.756,27     | 248    | 89,9%      | 32,1%  |
| 12106                | 112.320,00    | 156    | 81.966,02      | 189    | 73,0%      | 121,2% |

**Avaliação:** Atendendo ao disposto na Medida Provisória nº 1.783/1998, alterada pela MP nº 2.165-36, de 23/08/2001, essa alocação de recursos garantiu uma maior celeridade no desempenho das atividades laborais, uma vez que o deslocamento entre a residência e o local de trabalho deixou de ser um ônus e passou a ser visto como fruto de mais um apoio institucional, gerando maior responsabilidade e eficiência.

Na UO 12101, a meta física atingida é inferior à prevista em lei em função do não preenchimento da totalidade do quantitativo dos novos beneficiários decorrentes da complementação do quadro de vagas. A meta física considerada inicialmente previa que cada novo servidor da Justiça Federal receberia o benefício, mas isto não se concretizou e houve também uma grande interiorização das Varas na 5ª Região, o que resultou em um aumento significativo do valor do benefício para poucos servidores lotados nas respectivas Varas Federais do interior.

**Ação 2012:** Auxílio Alimentação

**Produto:** Servidor Beneficiado (unidade)

Tabela 22 - Execução Orçamentária Ação 2012

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 12.313.704,00 | 2.343  | 12.296.349,10  | 2.235  | 99,9%      | 95,4%  |
| 12106                | 4.033.360,00  | 670    | 4.023.198,15   | 675    | 99,7%      | 100,7% |

**Avaliação:** Seguindo os ditames dispostos no art. 22 da Lei nº 8.460/92 c/c as alterações da Lei nº 9.527/97, a alocação desses recursos desencadeou um melhor atendimento aos anseios da coletividade por uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz, em cumprimento a uma das metas estabelecidas no PPA, uma vez que o agente administrativo encontra-se mais satisfeito, com uma das suas necessidades básicas plenamente garantidas, a prestação de um serviço público de qualidade resta salvaguardada.

A meta física atingida na UO 12101 é inferior à prevista em lei, em função do não preenchimento da totalidade do quantitativo dos novos beneficiários, decorrentes da complementação do quadro de vagas.

**Ação 4091:** Capacitação de Recursos Humanos

**Produto:** Servidor Capacitado (unidade)

Tabela 23 - Execução Orçamentária Ação 4091

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 1.227.294,00  | 1.448  | 1.137.456,86*  | 1.402  | 92,7%      | 96,8%  |
| 12106                | 360.000,00    | 500    | 360.000,00     | 441    | 100%       | 88,2%  |

\* Do total desta dotação está incluso R\$ 176.652,00 da dotação descentralizada da Justiça Federal de 1º grau UO 12101, executado pela UO 12106.

**Avaliação:** A continuidade da elevação do nível de atualização e aperfeiçoamento, através da utilização de recursos na qualificação do pessoal administrativo, dotou a prestação jurisdicional de uma melhor qualidade, além de incrementar



a produtividade.

Do total realizado, nas UO's 12101 e UO 12106, foram inscritos em Restos a Pagar, respectivamente, R\$ 344.109,66 e R\$ 32.192,85. As metas físicas foram consideradas em 2005.

De uma maneira geral, conforme relatado abaixo, optou-se por cursos de Especialização e MBA, por serem mais extensos, ocasionando um custo maior e atingindo uma quantidade menor de servidores.

Na Seção Judiciária de Alagoas, a participação dos servidores em atividades de treinamento, atualização e aperfeiçoamento foi, em grande parte, proporcionada pelo Conselho da Justiça Federal e pelo TRF da 5ª Região. Neste caso, a Seção Judiciária arcou com as passagens e as diárias. Cinco Seminários foram promovidos ou apoiados pelo Núcleo Regional da ESMAFE, o que não representaram custo para a Seção Judiciária. Além disso, foram beneficiados 15 servidores com pagamento de bolsas de estudo, como incentivo à participação em cursos de pós-graduação.

Na Seção Judiciária do Ceará, as despesas realizadas corresponderam à qualificação de quase 74% dos profissionais (magistrados e servidores), com ênfase na área fim, permitindo o acréscimo de qualidade e produtividade nos serviços prestados à comunidade.

Na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, o ano de 2005 foi de reestruturação da área de Treinamento e Desenvolvimento, tendo sido necessária a mobilização da força de trabalho para ações de diagnóstico, o que demandou grande soma de tempo investido nessa atividade. Ainda assim foi oferecida aos servidores participação em eventos internos e externos, abrangendo cursos nas áreas jurídica e administrativa.

Na Seção Judiciária de Pernambuco, a alocação de recursos foi justificada com o treinamento de 690 beneficiários, entre juízes e servidores, principalmente na área jurídica (seminários e cursos de especialização). Foram atendidos, também, estagiários de Direito, conciliadores e advogados



da Assistência Judiciária.

Na Seção Judiciária de Sergipe, foram treinadas pessoas da área administrativa, nas modalidades de capacitação: seminários, treinamentos, cursos e encontros.

Na Seção Judiciária da Paraíba, os resultados foram a capacitação e formação de pessoal nas áreas jurídica e administrativa, esta com ênfase ao Curso de Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública.

No TRF, foram alocados recursos para a qualificação do seu corpo funcional, tanto na esfera administrativa quanto na judiciária, de forma global, chamando a atenção para os investimentos nos cursos de Especialização em Gestão Pública e Direito, fomentando o Capital Humano da Instituição. Tudo isso resultou num avanço das discussões para um Mestrado Profissionalizante como meta para 2006.

Foram investidos, ainda, recursos para Cursos Externos no montante de R\$ 382.759,00, com 152 treinados, e em cursos internos, R\$ 29.940,00, com 192 treinados. Na área de capacitação foram realizados cursos e treinamentos diversificados, bem como eventos de participação nacional, onde passaremos a mencionar de forma mais pontual:

- Encontro de Magistrados da Região, com a participação de 50 juízes e 8 Desembargadores, objetivando a integração da classe;
- Curso de Formação para Magistrados;
- Curso de Especialização em Gestão Pública, subsidiado em parte pelo Tribunal, com a participação de 56 servidores;
- Curso de Direito administrativo;
- Curso de Tributação sobre Comércio Exterior;
- Curso de Iniciação à Magistratura;
- Curso de Informática: Windows XP – Word Avançado, PowerPoint, Excel Básico e Avançado, Oracle, Design CS, Dreamwaver, Vídeo Digital em Flash;



- Curso de Modelagem de Projetos;
- Curso - Oficina de Elaboração de Indicadores;
- Curso na área de Logística
- E outros.

Ainda no contexto da Programação de Capacitação, o TRF promoveu a “Quinta Jurídica”, com portas abertas às diversas palestras de interesse da comunidade jurídica. No ano de 2005, o TRF sediou diversos Encontros Nacionais, tais como:

- Encontro de Dirigentes de Recursos Humanos;
- Encontro de Contadores da Justiça Federal;
- Encontro para Grupo de Trabalho de Precatórios;
- Fórum Debate Indicadores de Gestão no TRF;
- Encontro de Controle Interno da 5ª Região;
- Encontro Nacional do Comitê Técnico de Controle Interno do CJF;
- Encontro da CONINF- Comissão de Estudos para Padronizar a Plataforma Tecnológica de Informática no âmbito da Justiça Federal;
- Encontro dos Diretores de Informática da 5ª Região .

Todos estes voltados ao processo de um melhor entrosamento e, ao mesmo tempo em que recebe esses renomados servidores, o Tribunal apresenta sua forma de trabalho, servindo de referência ao dispor suas instalações em favor dessa construção do conhecimento. Seguindo uma tendência desenvolvida pelo CJF, o RH do TRF adota a Gestão por Competências, sob a orientação de técnicos experientes daquele órgão.



**Ação 4224:** Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

**Produto:** Pessoa Assistida (unidade)

Tabela 24 - Execução Orçamentária Ação 4224

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 2.241.668,00  | 8.966  | 2.226.610,63   | 15.315 | 99,3%      | 170,8% |
| 12106                | 5.000,00      | 25     | 1.880,38       | 8      | 32,0%      | 37,6%  |

**Avaliação:** Embora a alocação de recursos para fornecimento de assistência jurídica a pessoas carentes, através da remuneração de advogados, peritos e intérpretes dativos, não tenha sido vultosa no Tribunal, contribuiu sobremaneira na redução das desigualdades sociais na região.

Garantido o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos constitucionalmente assegurados, alargou-se o acesso à Justiça Federal, com o fim de proteção da própria tutela jurisdicional à população carente, através da gratuidade na realização de perícias e da disponibilização da defensoria dativa.

A implementação desta ação resultou concretamente no atendimento de pessoas carentes que não possuíam recursos próprios para custear sua própria defesa, sendo, em sua maioria, causas de competência do Juizado Especial Cível (na área previdenciária).

A tabela abaixo demonstra a assistência prestada pelo TRF e Seções Judiciárias por categoria:

Tabela 25 - Assistência Jurídica à Pessoas Carentes

| Categoria  | TRF | Seção Judiciária | Total |
|------------|-----|------------------|-------|
| Perito     | -   | 2.282            | 2.282 |
| Advogado   | 8   | 2.209            | 2.217 |
| Tradutor   | -   | 62               | 62    |
| Intérprete | -   | 7                | 7     |

Fonte: Seções Judiciárias e TRF 5ª REGIÃO.

Do total realizado na UO 12101, R\$ 607.985,15 foram inscritos em RP não-processados. A meta relativa a este valor foi considerada em 2005. Já do

total realizado na UO 12106, o valor de R\$ 450,00 foi inscrito em restos a pagar não processados que serão cancelados em 2006.

**Ação 4257:** Julgamento de Causas na Justiça Federal

**Produto:** Processo Julgado (unidade)

Tabela 26 - Execução Orçamentária Ação 4257

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista  |         | Meta Realizada  |         | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|----------------|---------|-----------------|---------|------------|--------|
|                      | Financeira     | Física  | Financeira      | Física  | Financeira | Física |
| 12101                | 240.620.408,00 | 189.444 | 240.522.434,76* | 218.423 | 100,0%     | 115,3% |
| 12106                | 85.855.218,00  | 40.000  | 85.853.841,65   | 37.038  | 92,6%      | 100,0% |

\* Do total desta dotação está incluso R\$ 300.644,11 da dotação descentralizada da Justiça Federal de 1º grau UO 12101, executado pela UO 12106.

**Avaliação:** A alocação dos recursos para remuneração da força de trabalho (magistrados e servidores) representou a contraprestação de uma atuação eficiente e eficaz, na medida em que a prestação jurisdicional evoluiu e cristalizou-se, elevando a qualidade e a excelência na prestação do serviço judiciário à população.

A aplicação dos recursos dessa ação, com treinamentos e eventos fora das sedes das seccionais, contaram com um suporte importante: o intercâmbio salutar com o TRF 5ª Região e com o Conselho da Justiça Federal. Numa união de esforços em prol de objetivos comuns.

Além de possibilitar a participação de magistrados e servidores em eventos fora das Seções Judiciárias, a alocação os recursos propiciou o acesso às publicações (jornais, revistas e periódicos), a manutenção dos serviços de transporte, a manutenção dos imóveis que se encontram sob a guarda em bom estado de uso, tudo com o intuito de prestação jurisdicional mais célere e eficaz.

Equipamentos, mobiliário, materiais de expediente e materiais de informática foram adquiridos, com a função de assegurar as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos serviços, na busca da

eficiência e da eficácia da prestação jurisdicional. Os resultados alcançados consubstanciaram-se num melhor aproveitamento da rede interna de informática, tornando-a mais abrangente e mais segura, proporcionando, por conseguinte, o fornecimento de informação mais ágil e precisa, com maior racionalidade na consecução das atividades judiciárias.

Também foram custeadas despesas com indenização de transporte devidas a oficiais de justiça, o que também contribuiu para a celeridade da prestação jurisdicional.

O resultado satisfatório da aplicação dos recursos dessa ação pode ser verificado pelo aumento significativo dos processos julgados na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus desta 5ª Região, o que pode ser observado na Tabela 27 - Processos Julgados 5ª Região.

**Tabela 27 - Processos Julgados 5ª Região**

| <b>Número de Processos Judiciais Julgados na 5ª Região em 2005</b> |                |                |                |                |                |                |              |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| <b>TRF</b>   | <b>SJ - PE</b> | <b>SJ - CE</b> | <b>SJ - PB</b> | <b>SJ - RN</b> | <b>SJ - SE</b> | <b>SJ - AL</b> | <b>Total</b> |
| 37.450   | 56.181         | 74.456         | 26.590         | 20.627         | 29.552         | 24.038         | 268.894      |

Fonte: Secretaria Judiciária do TRF 5ª Região.

Do total realizado na UO12101, R\$ 11.056.985,48 foram inscritos em restos a pagar não-processados para pagamento em 2006, cuja meta já foi considerada em 2005.

Na UO 12106, houve redução na previsão corrigida da meta física, tendo em vista a diminuição significativa de processos de FGTS que eram julgados em lotes. Do total realizado, R\$ 4.032.258,47 foram inscritos em Restos a Pagar não processados.

**4.1.2. PROJETOS**

**Ação :11QK** Construção do Edifício Sede da Seção Judiciária em Fortaleza – CE

**Produto:** Sede Construída com 40.000 m<sup>2</sup> (% de execução física) 1

Tabela 28 - Execução Orçamentária Ação 11QK

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 290.000       | 1,16   | 0,00           | 0      | 0%         | 0%     |

**Avaliação:** Em função de alteração no custo total da obra de R\$ 59.751.280,00 para R\$ 25.000.000,00, a previsão corrigida da meta física passou a ser 1,16%. No entanto, o valor de R\$ 290.000,00 não foi utilizado, pois a Diretoria do Foro está estudando outra alternativa para aquisição da nova sede da Justiça Federal, a fim de atender à necessidade de instalação adequada e assim abrigar as atuais dezesseis Varas existentes em Fortaleza, e ter espaço suficiente para instalar novas varas a serem criadas nesta capital.

**Ação :1D75** Aquisição do Edifício Sede da Seção Judiciária em Limoeiro do Norte – CE

**Produto:** Imóvel com 1.035 m<sup>2</sup> (unidade) 1

Tabela 29 - Execução Orçamentária Ação 1D75

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 103.300       | 1      | 103.300        | 1      | 100%       | 100%   |

**Avaliação:** Conforme disposto no PA 1995/DEZ/2005, foi empenhado o valor de R\$ 103.300,00, 2005NE000879, através de dispensa de licitação com fundamento no disposto no artigo 24, X, da Lei 8.666/93, com a finalidade de viabilizar a aquisição do edifício sede da Subseção de Limoeiro do Norte, ficando este valor inscrito em Restos a Pagar para quitação em 2006.

A aquisição da sede nesse município tem o intuito de atender a demanda da sociedade carente do interior do Estado do Ceará pela interiorização da Justiça Federal. Dispondo de sede própria, a Administração do Foro evita

gasto com aluguéis e tem como adequar melhor suas instalações para melhor prestar seus serviços à comunidade.

**Ação: 1D76** Aquisição do Edifício Sede da Subseção Judiciária em Juazeiro do Norte – CE

**Produto:** Imóvel com 500 m<sup>2</sup> (unidade) 1

Tabela 30 -Execução Orçamentária Ação 1D76

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 340.000,00    | 1      | 340.000        | 1      | 100%       | 100%   |

**Avaliação;** Conforme disposto no PA 1985/DEZ/2005, foi empenhado o valor de R\$ 340.000,00, 2005NE000849, através de dispensa de licitação, com fundamento no disposto no artigo 24 X da Lei 8.666/93, para aquisição do edifício-sede da Subseção de Juazeiro do Norte. Deste empenho foi quitada a parcela de R\$ 240.000,00 em 2005, 2005OB902652, e ficou inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$100.000,00, para quitação em 2006.

A aquisição da sede nesse município tem o intuito de atender à demanda da sociedade carente do interior do Estado do Ceará e interiorizar a Justiça Federal. Dispondo de sede própria, a Administração do Foro evita gasto com aluguéis e tem como adequar melhor suas instalações para melhor prestar serviços à comunidade.

**Ação: 1D77** Ampliação do Edifício Sede da Subseção Judiciária em Juazeiro do Norte – CE

**Produto:** Edifício reformado com 500 m<sup>2</sup> (% de execução física) 100

Tabela 31 - Execução Orçamentária Ação 1D77

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 266.700,00    | 100%   | 266.700,00     | 100%   | 100%       | 100%   |

**Avaliação:** Para atingir os objetivos desse Programa de Trabalho foram executadas as seguintes ações:

Contratação de empresa especializada para execução dos projetos de lógica, elétrico, de ar condicionado, fixação de extintores e reforma na edificação onde funciona a Subseção de Juazeiro do Norte, 2005NE000827, Tomada de Preços 02/2005, Contrato 17/2005, no valor de R\$ 242.509,68, NE's 825 (R\$ 82.186,39), 826 (R\$ 49.655,00) e 827 (R\$ 110.668,29). Foram inscritos R\$ 10.367,28 em restos a pagar para quitação em 2006, 2005NE000827.

Os recursos alocados neste Programa de Trabalho viabilizaram a adaptação da casa onde se situa a sede da Subseção de Juazeiro do Norte, proporcionando um ambiente adequado ao bom funcionamento da Justiça Federal.

**Ação: 11YQ** Construção do Edifício Sede da Justiça Federal de Sobral – CE

**Produto:** Sede Construída com 500 m<sup>2</sup> (% de execução física) 50

Tabela 32 - Execução Orçamentária Ação 11YQ

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 250.000       | 33,44% | 28.300,00      | 3,77%  | 11,3%      | 11,3%  |

**Avaliação:** Para atingir os objetivos desse Programa de Trabalho foram executadas as seguintes ações:

- Contratação da empresa TUKANO ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, para execução dos projetos: executivo e de instalações para a adaptação da sede provisória da Subseção de Sobral, enquanto ocorre a construção da sede definitiva, 2005NE000338, no valor de R\$ 6.700,00.

- Contratação da empresa CUBO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA para execução dos projetos: executivo e de instalações, 2005NE000648, no valor de R\$ 21.600,00, para construção da sede definitiva da Subseção

de Sobral, em terreno doado pela Receita Federal.

As despesas foram executadas na aquisição de projetos para a futura construção da sede da Subseção de Sobral e atenderam ao propósito de interiorizar a Justiça Federal e trazer para a população mais carente uma prestação jurisdicional mais próxima dos seus anseios.

Em função de alteração no custo total da obra de R\$ 500.000,00 para 750.000,00, previsão corrigida da meta física passou a ser de 33,44%. Não houve inscrição em restos a pagar.

Foram gastos no exercício de 2005 R\$ 28.300,00, ficando o saldo de R\$ 221.700,00, que será cancelado. A não utilização do saldo desta ação deveu-se ao fato de que, após a conclusão do processo licitatório para contratação de empresa especializada na elaboração do projeto executivo, de instalações e respectivo orçamento da futura sede da Subseção de Sobral, observou-se que o saldo orçamentário existente nesta ação era insuficiente para a execução total da obra.

Foram envidados esforços junto ao TRF da 5ª Região e ao Conselho da Justiça Federal para acrescer ao saldo orçamentário existente, através de transformações orçamentárias, valor complementar para corresponder ao preço de execução da obra em sua totalidade. Entretanto, tal suplementação não logrou êxito, o que inviabilizou o processo licitatório para execução da obra, ocasionando a devolução/cancelamento do saldo de R\$ 221.700,00.

**Ação: 102T** Construção de Edifício Sede da Justiça Federal de Mossoró – RN

**Produto:** Sede construída com 500 m<sup>2</sup> (% de execução física) 50

Tabela 33 - Execução Orçamentária Ação 102T

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 886.000,00    | 78%    | 886.000,00     | 77,98% | 100%       | 100%   |

**Avaliação:** O projeto em tela encontra-se integralmente executado e funcionando, nos termos planejados e projetados inicialmente. Em função de alteração no custo total do projeto de R\$ 500.000,00 para R\$ 1.136.000,00, a previsão corrigida da meta física passou a ser de 78%. Do total realizado, R\$ 570,15 foram inscritos em restos a pagar não-processados que será cancelado em 2006.

O resultado esperado com a presente ação é a melhoria geral das condições de atendimento à população jurisdicional da região de competência da Subseção Judiciária de Mossoró-RN, conforme estabelece a Resolução nº 08/2004-TRF 5ª Região, bem como a segurança e adequação existentes em instalações físicas projetadas, em caráter específico, no intuito de funcionamento dos serviços jurisdicionais desta instituição.

**Ação: 11YG** Construção do Edifício Sede da Justiça Federal em Caicó – RN

**Produto:** Sede construída com 500 m<sup>2</sup> (% de execução física) 50

Tabela 34 - Execução Orçamentária Ação 11YG

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 250.000       | 50%    | 250.000,00     | 50%    | 100%       | 100%   |

**Avaliação:** O Estado do Rio Grande do Norte realizou a doação de um lote de terreno, destinado à criação do “Complexo Judiciário de Caicó”. Assim sendo, foram elaborados todos os projetos necessários e suficientes à execução da obra, além da realização do procedimento licitatório para contratação de empresa especializada, nos termos da legislação vigente.

Os resultados esperados com a presente ação podem ser resumidos na melhoria geral das condições de atendimento à população jurisdicional da região de competência da Subseção Judiciária de Caicó-RN, conforme estabelece a Resolução nº 04/2005-TRF 5ª Região bem como a segurança e adequação existentes em instalações físicas projetadas, em caráter específico, no intuito de funcionamento dos serviços jurisdicionais desta



Instituição.

A dotação inicial de R\$ 250.000,00 foi cancelada e solicitado novo pedido de suplementação em setembro, que foi concedido, haja vista a constatação da necessidade de construção da sede da Justiça Federal em Caicó-RN. Do total realizado, R\$ 250.000,00 foram inscritos em restos a pagar não-processados para pagamento em 2006.

**Ação: 102V** Construção do Edifício Sede da Justiça Federal em Sousa – PB

**Produto:** Sede construída com 500 m<sup>2</sup> (% de execução física) 51

Tabela 35 - Execução Orçamentária Ação 102V

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 769.500,00    | 63,59% | 759.307,61     | 54,40% | 99%        | 86%    |

**Avaliação:** A vara sediada por esta obra foi inaugurada em 24.11.2005, tendo sido inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 99.258,85.

Os resultados desta ação podem ser observados a partir da concretização da obra e conseqüente utilização efetiva do espaço físico, otimizando a prestação jurisdicional da instituição e beneficiando a clientela final, ou seja, toda a comunidade jurisdicionada.

Em função de alteração no custo total da obra de R\$ 500.000,00 para R\$ 1.210.000,00 e aprovação de créditos adicionais, a previsão corrigida da meta física passou a ser 63,59%.

**Ação: 102Q** Construção do Edifício Sede na Justiça Federal em Caruaru – PE

**Produto:** Sede construída com 2.000 m<sup>2</sup> (% de execução física) 37

Tabela 36 - Execução Orçamentária Ação 102Q

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 750.000,00    | 29%    | 750.000,00     | 5,03%  | 100%       | 17,3%  |

**Avaliação:** O projeto encontra-se em fase de construção da 2ª etapa, consistente em superestrutura, acabamento e instalações. A ação irá beneficiar a população do município de Caruaru bem como trinta e três municípios do agreste pernambucano, cuja população não mais necessitará se deslocar para a capital, objetivando buscar a prestação jurisdicional.

Em função de alteração no custo total da obra de R\$ 2.000.000,00 para R\$ 2.582.452,00, a previsão corrigida da meta física passou a ser de 29%. Do total realizado, R\$ 620.512,75 foram inscritos em RP não-processados.

**Ação: 11YK** Construção de Edifício Sede da Justiça Federal em Serra Talhada – PE

**Produto:** Sede construída com 500 m<sup>2</sup> (% de execução física) 50

Tabela 37 - Execução Orçamentária Ação 11YK

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 250.000,00    | 50%    | 250.000,00     | 7,88%  | 100%       | 15,8%  |

**Avaliação:** Com a construção do Edifício-Sede no município de Serra Talhada, a Seção Judiciária de Pernambuco estará atendendo à população de 27 municípios que buscam os serviços dessa Seccional, salientando que com a referida Vara a população não mais necessitará se deslocar para a capital.

Do total realizado, R\$ 210.580,00 foram inscritos em Restos a Pagar não-processados para pagamento em 2006. A meta relativa a este valor será considerada no exercício de 2006.

**Ação: 1E28** Construção do Edifício Sede da Justiça Federal em Arapiraca – AL

**Produto:** Prédio construído (unidade) 1

Tabela 38 - Execução Orçamentária Ação 1E28

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 500.000,00    | 1      | 495.708,17     | 1      | 99,1%      | 100%   |

**Avaliação:** Segundo dados colhidos junto à Comissão de Fiscalização, a 1ª fase da obra já foi concluída, restando tão somente poucas pendências elencadas no termo de recebimento provisório.

Quanto aos benefícios, ainda não podem ser auferidos, uma vez que a obra não está totalmente concluída, aguardando a liberação do orçamento 2006 da dotação específica já prevista a sua conclusão.

Do total realizado, R\$ 93.130,48 foram inscritos em restos a pagar não-processados para pagamento em 2006.

**Ação: 102W** Construção de Sede da Justiça Federal em Itabaiana – SE

**Produto:** Sede construída com 500 m<sup>2</sup> (% de execução física) 72

Tabela 39 - Execução Orçamentária Ação 102W

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 897.690,00    | 82%    | 897.690,00     | 48,70% | 100%       | 59,4%  |

**Avaliação:** Com a implantação da 6ª Vara, a prestação jurisdicional não só beneficiou a comunidade de Itabaiana, mas todos os municípios que circundam a respectiva Subseção, inclusive a cidade de Lagarto, evitando um deslocamento desnecessário da população do centro do estado para a capital. Vale acrescentar que o projeto encontra-se com 69,27% da obra executada, tendo sido inscritos em restos a pagar R\$ 380.741,15.

Em função de alteração no custo total da obra de R\$ 500.000,00 para R\$ 1.100.000,00 a previsão corrigida da meta física passou a ser de 82%

**Ação: 1136** Modernização das instalações da Justiça Federal

**Produto:** Instalação modernizada (unidade) 1

Tabela 40 - Execução Orçamentária Ação 1136

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 552.702,00    | 7      | 526.092,12*    | 7      | 95,2%      | 100%   |
| 12106                | 2.601.805,00  | 3      | 2.590.782,13   | 3      | 99,6%      | 100%   |

\* Do total desta dotação está incluso R\$ 64.224,74 da dotação descentralizada da Justiça Federal de 1º grau UO 12101, executado pela UO 12106.

**Avaliação:** De maneira geral, na Justiça Federal de Primeiro Grau da Quinta Região foi dada maior ênfase à modernização e à recuperação das instalações já existentes, com o fim de dar maior operacionalidade aos ambientes, de maneira a agilizar e melhorar o atendimento da demanda social, destacando-se as seguintes realizações:

Na Seção Judiciária da Paraíba:

- Construção de obras complementares no Edifício-Sede desta Seccional, compreendendo reforma no muro da entrada principal e entrada dos Juízes e depósito de lixo;
- Construção de obras complementares no Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Sousa/PB: pavimento em paralelepípedo no estacionamento;
- Aquisição de 143 m<sup>2</sup> de persianas em alumínio horizontal de 25 mm, a serem instaladas na Subseção de Sousa/PB;
- Toda despesa no valor de R\$ 140.579,48, referente aos serviços acima descritos, foi inscrita em Restos a Pagar.

Na Seção Judiciária do Pernambuco:

- Aditivo para construção de depósito de materiais no Edifício-Sede da Justiça Federal, em Recife, com 456m<sup>2</sup>;



- Aquisição de aparelhos de ar-condicionado tipo split, visando proporcionar maior conforto aos servidores e usuários da Justiça Federal;
- Depósito para materiais diversos: armazenamento de materiais permanentes que estão aguardando tombamento, obsoletos (para doação), aguardando reparo ou em processo de aquisição (em avaliação técnica);
- Áreas reformadas, ampliadas ou modernizadas: 551m<sup>2</sup>;
- Foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 219.130,69;
- As ações implementadas proporcionaram significativas melhorias nas instalações da Justiça Federal, pois adequaram melhor as necessidades da Seccional.

Na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte:

- Projeto de modernização do sistema de climatização da sede, em Natal: 8.883 m<sup>2</sup>; projeto de climatização e instalações elétricas para construção da sede da Subseção de Caicó-RN: 950m<sup>2</sup>; modernização do sistema de climatização do edifício sede desta Seção Judiciária em Natal: 2.892,46m<sup>2</sup>; e instalação do sistema de refrigeração no edifício sede de Mossoró-RN: 1.630m<sup>2</sup>;
- Foram inscritos em Restos a Pagar, no exercício, R\$ 123.389,00;
- A realização das ações no presente Programa de Trabalho traz consigo a melhoria e modernização geral das instalações físicas das edificações desta Instituição, de sorte a contribuir determinadamente para o melhor atendimento à população jurisdicionada, bem como otimizar o desempenho produtivo dos magistrados e servidores desta Instituição.



No Tribunal, as obras do Termoacumulador foram concluídas. O sistema consiste em resfriar 1 milhão e 250 mil litros d'água, que o Termoacumulador é capaz de reter, fora dos horários de pico. Essa água será utilizada para esfriar o ar que vai circular nas dependências do edifício-sede e do recém construído Anexo III.

Foram investidos R\$ 442,1 mil na construção do Termoacumulador que levou seis meses para ser concluído. De acordo com a previsão da Seção de Coordenação de Obras da 5ª Região, "o investimento será recuperado em um ano e dois meses e, portanto, a partir de maio de 2007, o sistema apresentará uma economia real da ordem de 30 mil reais por mês".

Durante o mês de janeiro, o sistema passa por uma fase de acertos e identificação da demanda, para que se saiba quanto de energia deve ser acumulado durante os horários fora de pico. Calcula-se que, em fevereiro, o Tribunal terá condições de firmar um contrato com a Celpe (Companhia Energética de Pernambuco) para o estabelecimento de uma cobrança diferenciada (hora sazonal).

Dentro do Processo de democratização de acesso à justiça, com o objetivo de aproximar a população dessa nova realidade, foi concluída a obra do anexo Dantas Barreto, onde funcionarão os juizados Especiais Federais, hoje no prédio da justiça federal. O novo anexo localiza-se no centro da cidade, bem servido das linhas que atendem a toda Região Metropolitana, cumprindo assim de forma mais célere e efetiva a razão de ser da nossa instituição, que é levar justiça para todos, sobretudo aos mais carentes.

Atendendo a uma demanda crescente de espaço e adequação às novas necessidades do TRF, foi concluída a obra do anexo III, a fim de receber toda a parte administrativa desse tribunal. Dentro de uma linha de pensamento mais moderno, foi planejado um ambiente aberto sem paredes, onde se presume que a integração e comunicação fluirão de forma mais rápida e eficaz entre os setores da administração. Com isso, o edifício-sede se prepara para receber os novos desembargadores, dando-lhes a infra-estrutura que se

faz necessária.

Do total realizado, nas UO's 12101 e UO 12106, foram inscritos em Restos a Pagar, respectivamente, R\$ 263.968,48 e R\$ 735.607,51. As metas físicas foram consideradas em 2005.

**Ação: 1886** Construção do Anexo II da Seção Judiciária de Pernambuco

**Produto:** Anexo construído com 3.378 m<sup>2</sup> (% de execução física) 100

Tabela 41 - Execução Orçamentária Ação 1886

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 1.912.000,00  | 29%    | 1.912.000,00   | 28,3%  | 100%       | 97,6%  |

**Avaliação:** O projeto encontra-se em vias de realizar o recebimento provisório e, posteriormente, o definitivo. O Anexo II foi completamente planejado para receber o Arquivo, Almoxarifado e Biblioteca, que anteriormente localizavam-se no Edifício-sede, que não possui lajes adequadas para suportar os pesos destes ambientes. Além disto, a Secretaria Administrativa também foi transferida para o Anexo II, deixando espaço para a 21<sup>a</sup> e a 22.<sup>a</sup> Varas, que foram instaladas no exercício de 2005. Foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 1.489.717,25.

Em função de suplementação de dotação na previsão corrigida (LOA + Crédito), a previsão corrigida da meta física sofreu alteração para 29%. Do total realizado, R\$ 43.766,93 foram inscritos em Restos a Pagar não-processados.

**Ação: 3755** Implantação de Varas Federais

**Produto:** Vara Federal Instalada (Unidade)

Tabela 42 - Execução Orçamentária Ação 3755

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 3.583.223,00  | 19     | 3.559.853,99   | 19     | 100%       | 99,3%  |



**Avaliação:** Os recursos disponíveis foram utilizados para aquisição de equipamentos, material permanente, mobiliário, veículos, microcomputadores e impressoras, além de material de consumo, que vieram suprir carências na instalação de Varas.

Despesas com reformas e adaptações de imóveis e demais despesas relacionadas à instalação das Varas também foram custeadas com os recursos alocados nesta ação. E os resultados obtidos com a referida alocação cristalizaram-se numa melhor prestação jurisdicional nas Seções Judiciárias que compõem a Região.

A criação das Varas é de grande importância, porquanto irá suprir à demanda crescente da população em busca da prestação da tutela jurisdicional, principalmente em virtude das mesmas comportarem Juizados Especiais Federais.

Na Seção Judiciária do Ceará, as despesas referentes a este Programa de Trabalho serviram, precipuamente, à instalação das novas varas, sendo duas em Fortaleza, 20ª e 21ª, duas em Juazeiro do Norte, 16ª e 17ª, e duas em Sobral, 18ª e 19ª. Também foi instalado um Juizado Federal Adjunto a 15ª Vara de Limoeiro do Norte. A instalação de novas Varas vem desafogar o acúmulo de serviços existentes anteriormente e trazer uma prestação jurisdicional um pouco mais próxima do desejável pela população.

Na Seção Judiciária de Pernambuco, foram instaladas em 2005: 17ª Vara Federal de Petrolina, 18ª Vara de Serra Talhada, 20ª Vara em Salgueiro, 24ª Vara de Caruaru, 23ª de Garanhuns e as 19ª, 21ª e 22ª, no Recife. Foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 129.332,48.

Na Seção Judiciária de Alagoas, as despesas mais relevantes foram: reforma de imóvel locado para instalação e funcionamento da 8ª Vara Federal em Arapiraca, como também fornecimento e aplicação de divisórias e carpetes; aquisição de diversos mobiliários e materiais de consumo para funcionamento dos trabalhos jurisdicionais, como também aparelhos de ar





condicionado; contratação de serviços de interligação via link, entre a Subseção e a Seção Judiciária; contratação dos serviços de limpeza, vigilância, locação de máquinas fotocopadoras e demais serviços para o perfeito funcionamento da Vara. Foram inscritos em restos a pagar R\$ 71.185,99.

Na Seção Judiciária de Sergipe, as despesas mais relevantes com a instalação da 7ª Vara de Estância foram: elaboração de projetos elétricos, telefônico e de cabeamento estruturado para microcomputadores; desmontagem e montagem de centrais de ar condicionado tipo split; confecção de letreiro luminoso; aquisição de materiais elétricos; aquisição de móveis; aquisição de 18 microcomputadores; contratação de serviços de vigilância armada; contratação de serviços de limpeza e conservação, dentre outros.

Vale ressaltar que a sétima Vara foi instalada, mais de perto no que tange à sua funcionalidade, em 04.03.2005. Com a sua implantação a prestação jurisdicional não só beneficiou a comunidade Estanciana, como também todos os municípios que circundam a respectiva sede, evitando, destarte, um deslocamento desnecessário da população do sul do estado para a capital.

Na Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, além da instalação da 9ª Vara Federal foram reformada e/ou adaptada nove Varas Federais, a Turma Recursal e o atendimento ao público de cinco varas federais. Também houve reforma e/ou adaptação da Segunda Vara Federal para especialização em ações criminais (implantação), da estrutura física do Juizado Especial Cível e da Turma Recursal, para suportar a ampliação da competência.

Ainda foram, realizados estudos e projetos para implantação da sede própria da Vara Federal de Caicó-RN, serviços de fiscalização da obra de construção da sede própria da Vara Federal de Mossoró-RN, além da aquisição de equipamentos de ar condicionado, de rede estruturada de computadores e mobiliários para instalação na sede própria da Subseção de Mossoró. Foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 15.475,00.

Na Seção Judiciária da Paraíba, houve a implantação de 02 (duas) Varas, a 9ª e 10ª, na Subseção em Campina Grande/PB. As despesas mais relevantes com a instalação da Vara foram a aquisição de mobiliário e equipamentos de informática (microcomputadores, impressoras, monitores, *scanner*, etc). A 9ª Vara foi instalada em 14.03.2005 e funciona como Juizado Especial Federal Virtual. Já a 10ª Vara foi instalada em 13.06.2005 e é privativa das Execuções Fiscais e Feitos Tributários, tendo sido a primeira de toda a 5ª Região especializada em matéria tributária.

A instalação destas duas Varas contribuiu para uma maior celeridade processual, inclusive com a redistribuição dos processos da 4ª e 6ª Varas para a 10ª Vara Federal. Destaque-se, ainda, a implantação do Juizado Especial Virtual que implicou redução de custos financeiros. Foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 60.380,00.

Abaixo, um resumo das Varas Federais instaladas no exercício de 2005:

**Tabela 43 - Quantitativo de Varas Instaladas**

| Número de Varas Instaladas na 5ª Região em 2005 |       |       |       |       |       |       |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| SJ-CE   | SJ-RN | SJ-PB | SJ-PE | SJ-AL | SJ-SE | Total |
| 06  | 01    | 02    | 08    | 01    | 01    | 19    |

Não há correlação mensal direta entre valor financeiro e meta física, pois a meta física é apurada pelo regime de competência e a meta financeira pelo regime de caixa. Do total realizado, R\$ 574.307,33 foram inscritos em RP não-processados para pagamento em 2006, cuja meta já foi considerada em 2005.

**Ação: 3757** Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informações Jurisdicionais

**Produto:** Sistema Implantado (% de execução física)

**Tabela 44 - Execução Orçamentária Ação 3757**

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista |        | Meta Realizada |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|---------------|--------|----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira    | Física | Financeira     | Física | Financeira | Física |
| 12101                | 6.649.878,00  | 6,240% | 6.647.183,58   | 6,283% | 100%       | 100,7% |

\* Do total desta dotação está incluso R\$ 2.590.453,77 da dotação descentralizada da Justiça Federal de 1º grau UO 12101, executado pela UO 12106.



**Avaliação:** Com o objetivo de colocar a informação mais perto da sociedade (comunidade jurídica e cidadãos), bem como da própria Administração, com maior controle do andamento dos processos e maior rapidez e precisão nas decisões, além de subsidiar a tomada de decisões e promover o registro eletrônico (*on line*) dos pagamentos de dívidas inscritas, das conversões em renda e das custas judiciais, as despesas executadas neste Programa de Trabalho promoveram a modernização e a agilização do fluxo de informações processuais dentro de toda a Justiça Federal da Quinta Região.

Na Seção Judiciária de Alagoas, foram adquiridas Licença de Software antivírus para servidores e estações. Houve a implantação pioneira do Sistema de Movimentação Processual Virtual – CRETA, tanto na SJ - AL como na Subseção de Arapiraca, que veio acelerar o andamento judicial fazendo cumprir o objetivo dos Juizados Especiais. Em função disso, foi adquirido um sistema de *backup* automatizado e um novo servidor para assegurar a integridade e disponibilidade das informações, uma vez que o processo desde a autuação até o arquivamento é totalmente digital. Foram inscritos em restos a pagar R\$ 249.908,30.

Na Seção Judiciária do Ceará, foi realizada a aquisição de 805 licenças de uso de antivírus e dois conjuntos de mídia contendo a solução antivírus, conforme Pregão Nº 52/2005, 2005NE000892, no valor de R\$ 66.900,00. Esse serviço atendeu à demanda da rede de comunicação de dados da Seção Judiciária do Ceará. Também foram adquiridos equipamentos de informática, como servidor IBM P520, *scanners*, servidor de rede, *switch* de rede, placas *fibre channel*, dentre outros, no valor de R\$786.354,25.

Os equipamentos acima descritos foram distribuídos para as novas varas que também são Juizados Especiais Federais Virtuais, instaladas em 2005, ou seja: 15ª, em Limoeiro do Norte, 17ª, em Juazeiro do Norte; 19ª, em Sobral; e 21ª, em Fortaleza; e serviram para renovar a rede de computadores do edifício sede e anexos, em Fortaleza.



Na Seção Judiciária de Pernambuco, foram adquiridos: um servidor de rede e um *switch*, bem como outros equipamentos de informática para atender às necessidades e demandas dessa Seccional.

Na Seção Judiciária de Sergipe, as principais despesas realizadas foram: licença de antivírus; aquisição de CTO e servidor RISC, aquisição de dois HBA-plataforma INTEL, aquisição de elemento de interconexão-*Switch*, aquisição de dois servidores HP poliant DL 380; aquisição de 19 microcomputadores *pentium* IV, aquisição de 21 monitores LCD 17". Com essas aquisições, a Seção Judiciária obteve maior capacidade de armazenamento e maior segurança para os sistemas processuais, melhor proteção contra ameaças digitais diversas, maior capacidade de interconexão entre as estações de trabalho dos servidores, mais agilidade e presteza no desenvolvimento dos trabalhos da Seção, trazendo inúmeros benefícios aos usuários externos (comunidade em geral).

Na Seção Judiciária do Rio Grande Norte, os benefícios e resultados auferidos com as ações desenvolvidas neste programa foram: implantação da nova estrutura de armazenamento de dados da Instituição, oferecendo maior segurança e confiabilidade nos dados, com otimização das tarefas de *backup* e *restore* das informações processuais, implementação de nova sistemática processual, através do chamado "processo virtual" nos Juizados Especiais Federais, inclusive nas subseções do interior do Estado, resultando em um total de dados nos processos virtuais armazenados superior a 85 GB, capazes de otimizar as condições de acessibilidade da população jurisdicionada.

Além disso, houve a modernização de toda a estrutura de serviços na rede com a implantação de nove equipamentos tipo servidores de rede recentemente adquiridos, de sorte a também representar um substancial incremento na agilidade de utilização do sistema processual e, ainda, a inclusão de 300 estações de rede na solução *antispam* e antivírus em tratamento contínuo, no período de 24 meses, a partir de dez/2005.



Na Seção Judiciária da Paraíba, as despesas foram realizadas na aquisição de material de informática (*notebook, scanner de mesa, switch, etc.*) e serviços de manutenção de software. Foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 265.262,86.

No TRF, com o objetivo de modernizar os servidores dos Sistemas Processuais do Tribunal e Seccionais foram adquiridas máquinas IBM Risc P520 e 02 máquinas Intel para a Seção Judiciária da Paraíba, que servirá como piloto numa configuração diferente de servidores com contingência. A medida trará como resultado o aumento na performance e disponibilidade dos sistemas processuais (Tebas e Esparta), possibilitando maior agilidade no andamento processual, além de garantir a continuidade dos sistemas diante do crescimento da 5ª Região com máquinas mais robustas.

Ainda com o objetivo de modernizar máquinas “robôs” de *backup* do TRF e SJ's, a fim de agilizar o sistema de controle processual, fez-se necessária a aquisição de backup do tipo LTO 2/3, resultando em aumento na capacidade de *backup* simultâneo, aumentando a eficiência nos procedimentos de *backup* e segurança das informações processuais, principalmente para os juizados especiais, que são totalmente digitais.

Também investiu-se na evolução do Sistema Creta – Sistema dos Juizados Especiais Digitais, na fase inicial do projeto de novas funcionalidades no sistema processual digital Creta, utilizado pelas Seções Judiciárias, resultando em aumento da agilidade na tramitação de processos digitais nos juizados, uma vez que módulos como da Turma Recursal Virtual foram implantados, entre outros.

Foi contratado o desenvolvimento do Módulo de Precatórios e RPV's, integrado ao Sistema Esparta. Tal medida resultará em maior rapidez e precisão no pagamento de precatórios e RPV's.

Além disso, foram realizadas:

Aquisição de servidores de contingência para o sistema Creta, além do



servidor *Web*, de Rede, de Backup, a fim de que os serviços mencionados saíssem de *desktop*, que não comportam tais aplicações, objetivando, assim, uma maior modernização da infra-estrutura de servidores para as Seções Judiciárias de maior porte da 5ª Região.

Aquisição de equipamento de centro para o TRF e de conferência para todas as Seções Judiciárias, viabilizando a videoconferência na 5ª Região, possibilitando à ESMAFE oferecer treinamentos regionais sem custos, além de diminuir o custo de reuniões regionais e com o CJF.

Aquisição de HBA's, *Server Switches* e *Switches Fiber Channel* com contingência para o TRF e Seções, para criação de uma SAN (*Storage Área Network*). Com essa rede de alta velocidade entre os servidores e áreas de armazenamento, a mesma não é afetada, agilizando a velocidade da rede dos usuários .

Aquisição de licenças de antivírus e *software* para análise de riscos, a fim de garantir a segurança da informação no TRF e Seções e a continuidade dos serviços, visto que os ataques de vírus podem ser controlados. Além disso, todos os pontos de risco do ambiente serão mapeados, possibilitando futuras ações de gerência de segurança.

Além das medidas acima, foram feitos outros investimentos na 5ª Região, resultando no valor total de R\$ 5.582.260,79, todos voltados para atender melhor ao jurisdicionado.

Do total realizado, na UO 12101, R\$ 2.777.318,33 foram inscritos em RP não-processados. A meta relativa a este valor foi considerada no exercício de 2005.

### 4.1.3. OPERAÇÕES ESPECIAIS

**Ação: 09HB** Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tabela 45 - Execução Orçamentária Ação 09HB

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista        |          | Meta Realizada       |          | E POR AÇÃO   |        |
|----------------------|----------------------|----------|----------------------|----------|--------------|--------|
|                      | Financeira           | Física   | Financeira           | Física   | Financeira   | Física |
| 12101                | 36.407.875,00        | -        | 35.697.447,03        | -        | 98,0%        | -      |
| 12106                | 12.003.601,00        | -        | 11.234.592,24        | -        | 93,6%        | -      |
| <b>Total</b>         | <b>48.411.476,00</b> | <b>-</b> | <b>46.932.039,27</b> | <b>-</b> | <b>96,9%</b> |        |

**Avaliação:** A ação assegurou o pagamento da contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 5ª Região, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887/2004.

Vale acrescentar que os recursos orçamentários alocados para esta ação não foram executados através de empenho, e sim por meio de repasses previdenciários.

## 4.2. PROGRAMA 0089: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

### 4.2.1. OPERAÇÕES ESPECIAIS

**Ação: 0396** Pagamento de aposentadorias e pensões

**Produto:** Pessoa Beneficiada (unidade)

Tabela 46 - Execução Orçamentária Ação 0396

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista        |          | Meta Realizada       |          | E POR AÇÃO   |        |
|----------------------|----------------------|----------|----------------------|----------|--------------|--------|
|                      | Financeira           | Física   | Financeira           | Física   | Financeira   | Física |
| 12101                | 49.493.528,00        | 393      | 49.456.395,89        | 393      | 99,9%        | 100%   |
| 12106                | 6.683.554,00         | 50       | 6.683.554,00         | 50       | 100%         | 100%   |
| <b>Total</b>         | <b>56.177.082,00</b> | <b>-</b> | <b>56.139.949,89</b> | <b>-</b> | <b>99,9%</b> |        |

**Avaliação:** O resultado desta ação garantiu a manutenção socioeconômica a que legalmente fazem jus os magistrados e servidores inativos.

### 4.3. PROGRAMA 0901: OPERAÇÕES ESPECIAIS – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

#### 4.3.1. OPERAÇÕES ESPECIAIS

**Ação: 0005** Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional

Tabela 47 - Execução Orçamentária Ação 0005

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista  |        | Meta Realizada  |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|----------------|--------|-----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira     | Física | Financeira      | Física | Financeira | Física |
| 12106                | 172.829.472,00 | -      | 172.783.950,39* | -      | 100%       | -      |

\* Do total desta dotação está incluso R\$ 91.863.036,00 da dotação descentralizada recebida, executado pela UO 12106.

**Avaliação:** Com a finalidade de cada vez mais aprimorar a eficiência do cumprimento da missão social do TRF, a Secretaria Judiciária perseguiu dois objetivos permanentes, a saber:

- Manter atualizado os serviços cartorários e de apoio, prestados para a Secretaria;
- Capacitar os servidores da Secretaria.

Esforços traduzidos para a sociedade em um aumento de 10% nos processos julgados no ano de 2005, em referência a 2004. Um dado interessante é que trinta servidores desta Secretaria estão cursando Direito e vinte e sete cursando Especialização, a fim de melhor servir ao jurisdicionado.

Foram planejadas e executadas, com êxito, ações que culminaram em melhorias nos Sistemas e, conseqüentemente, revertidas e refletidas no resultado final dos feitos processuais:





- Eliminação dos livros obrigatórios de 1º grau, agora digitais;
- Alteração no Sistema Tebas, objetivando o melhor controle e diminuição do número de documentos físicos;
- Atualização da tabela de custos do 2º grau, a fim de fazer cumprir a legislação vigente;
- Elaboração de relatório, em parceria com a CEF, com o intuito de identificar valores não levantados pelos beneficiários, de RPV's e Precatórios, para a devolução de verbas canceladas ao erário;
- Implantação dos módulos de expedição de documentos do Sistema Esparta, objetivando evitar repetição de trabalho e dar mais segurança aos dados, manter arquivo digital de todos os documentos expedidos e agilizar o serviço da Secretaria;
- Implantação da 2ª e 3ª etapa do Módulo de precatórios do Sistema Esparta;
- Implantação do RPV e Precatórios on-line (Tebas e Esparta) com a inclusão dos parâmetros e capacitação na operacionalização do sistema;
- Implantação da Tabela de Classes Nacional no 1º grau – execução de tabela de conversão, a fim de dotar o Poder Judiciário Federal de uniformidade nos seus procedimentos, garantindo dados fidedignos dos seus processos;
- Adaptação do Sistema Tebas para inclusão dos dados necessários aos Bancos Nacionais de Rol dos Culpados, de crime contra o Sistema Financeiro e de Lavagem de Dinheiro, ao cadastro de Bens Apreendidos, Advogados Voluntários e Certidões de Distribuição Nacional, com a finalidade de atender ao CJF para a construção do Portal da Justiça;

- Protocolo Integrado entre as Seções e Subseções Judiciárias da 5ª Região.

Diante do citado acima, algumas considerações merecem especial comentário, haja vista o bom desempenho de todos nessa nobre missão de fazer justiça.

De acordo com o Relatório Anual de Estatísticas Processuais do TRF, os processos julgados, distribuídos e em tramitação em 2005 foram os seguintes:

**Tabela 48 - Crescimento dos Processos Julgados**

| <b>Processos</b> | <b>2004</b> | <b>2005</b> | <b>% de crescimento</b> |
|------------------|-------------|-------------|-------------------------|
| Julgados         | 33.548      | 37.038      | 10,4                    |
| Distribuídos     | 29.832      | 39.508      | 32,4                    |
| Em tramitação    | 67.741      | 71.738      | 6,1                     |

Fonte: Secretaria Judiciária - TRF

Tais dados são disponibilizados, mensalmente, pelo Setor de Estatística da Secretaria Judiciária do Tribunal e distribuído aos desembargadores, durante as sessões do Pleno.

Além do dado absoluto de processos julgados, consta no relatório toda a movimentação processual do TRF 5ª REGIÃO, desde a distribuição até o número de processos julgados por gabinete. Também fazem parte do relatório o número de beneficiários e valores pagos em Requisitórios de Pequeno Valor (RPV's), durante o ano de 2005, inclusive com detalhamento por Estado da 5ª Região. Ao todo, foram pagos R\$ 360,56 milhões a 66.249 beneficiários, conforme demonstrativo de RPV (Jan a Dez/2005) anteriormente citado.

Encontram-se disponíveis no *site* do Tribunal ([www.trf5.gov.br](http://www.trf5.gov.br)) as estatísticas referentes à movimentação processual mensal, nos meses de janeiro a novembro de 2005 e 2004. Em breve, serão adicionados os dados de dezembro e o relatório anual.

O TRF antecipou-se à Emenda 45, adequando o horário de trabalho dos meses de janeiro e julho de 2005 (férias dos juízes) e os efeitos se fizeram presentes nos 10,4% a mais de processos julgados no ano. Conforme

comparativo abaixo:

**Tabela 49 - Quantitativo de Processos Julgados no 1º Semestre de 2005**

| Ano  | Meses         | Nº de julgados nos meses em referência |
|------|---------------|--|
| 2004 | Janeiro/Julho | 720                                    |
| 2005 | Janeiro/Julho | 4.121                                  |

Fonte: Secretaria Judiciária –TRF

Tais números representam um trabalho coletivo e dedicado dos que fazem desta uma casa de justiça, empenhando os maiores esforços nessa empreitada.

**Tabela 50 - Precatórios**

| Estado        | Valor pago            | Nº de precatórios | Nº de beneficiários |
|---------------|-----------------------|-------------------|---------------------|
| AL            | 11.157.193,77         | 158               | 273                 |
| CE            | 50.937.484,18         | 820               | 1.557               |
| PB            | 7.943.948,15          | 123               | 287                 |
| PE            | 78.110.930,18         | 392               | 1118                |
| RN            | 20.699.871,73         | 315               | 490                 |
| SE            | 3.771.285,01          | 76                | 153                 |
| <b>Totais</b> | <b>172.620.713,02</b> | <b>1184</b>       | <b>3878</b>         |

Fonte: Secretaria Judiciária –TRF da 5ª Região

**Ação: 0625** Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado de pequeno valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas – Nacional

**Tabela 51 - Execução Orçamentária Ação 0625**

R\$ 1,00

| Unidade Orçamentária | Meta Prevista  |        | Meta Realizada  |        | E POR AÇÃO |        |
|----------------------|----------------|--------|-----------------|--------|------------|--------|
|                      | Financeira     | Física | Financeira      | Física | Financeira | Física |
| 12106                | 378.525.267,00 | -      | 378.525.267,00* | -      | 100%       | -      |

\* Do total desta dotação está incluso R\$ 278.060.267,00, originário da dotação descentralizada recebida executado pela UO 12106.

**Avaliação:** O pagamento desses benefícios é feito através de RPV's e, nos últimos 3 anos, obteve a evolução abaixo:

**Tabela 52 - Requisitório de Pequeno Valor (RPV)**

| Ano  | Quantidade De RPV | Nº de beneficiários | Valor          | Crescimento em referência ao ano base (2003) % |
|------|-------------------|---------------------|----------------|--|
| 2003 | 17.664            | 28.395              | 147.046.897,61 | -  |
| 2004 | 28.395            | 45.696              | 258.739.162,62 | 75,96%   |
| 2005 | 35.981            | 66.249              | 360.056.879,52 | 244,85%  |

Fonte: Secretaria Judiciária do TRF da 5ª Região

**RPV's pagos de janeiro a dezembro de 2005, por seccional:**
**Tabela 53 - RPV por Seção Judiciária**

| Estado              | Valor                 | Requisitórios | Beneficiados  |
|---------------------|-----------------------|---------------|---------------|
| Ceará               | 89.485.065,13         | 5.532         | 14.257        |
| Rio Grande do Norte | 62.542.177,05         | 4.493         | 10.846        |
| Paraíba             | 44.674.826,39         | 7.141         | 10.842        |
| Pernambuco          | 82.336.437,49         | 9.604         | 13.884        |
| Alagoas             | 59.235.902,34         | 6.782         | 13.327        |
| Sergipe             | 21.782.471,12         | 2.429         | 3.093         |
| <b>Total</b>        | <b>360.056.879,52</b> | <b>35.981</b> | <b>66.249</b> |

Fonte: Secretaria Judiciária -TRF

Diante dos números apresentados, chamamos a atenção para a injeção de recursos financeiros na economia regional, de forma crescente e representativa, gerando uma maior distribuição de renda. O montante pago em RPV's neste ano representa mais que os recursos liberados, ano passado, pelo Governo Federal para o Programa Monumenta, que beneficiou 26 cidades históricas brasileiras com aproximadamente R\$ 200 milhões destinados a obras de restauro e conservação de monumentos.

Citamos, ainda, a parceria com a CEF nessa missão, que em 2005 facilitou de forma bastante plausível a descentralização do pagamento de RPV's, podendo ser efetivado o saque em qualquer agência da rede na região. Minimizando, assim, o esforço despendido por todos quando da realização mensal dos pagamentos.

Diante do exposto o ano de 2005 alcançou os objetivos esperados, superando algumas metas judiciárias e vencendo os desafios próprios do processo. Sem perder de vista que as pessoas, o maior capital intelectual que o TRF dispõe, também é parte essencial desse processo, e como tal atraiu a

atenção da Administração como um todo, de forma a projetar um 2006 ainda mais voltado para a Gestão de Pessoas.

O foco do TRF manteve-se nos processos internos, no desenvolvimento de sistemas e nas pessoas. Contudo, ainda tem-se muito o que caminhar, perseguindo nossa missão, em busca dos melhores resultados.

#### **4.4. INDICADOR DE GESTÃO: TAXA DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO**

Tabela 54 - Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União

| <b>Informação</b>        |                    | <b>2004</b>     | <b>2005</b>     |
|--------------------------|--------------------|-----------------|-----------------|
| Receita Corrente Líquida |                    | 352.057.940.000 | 404.438.300.000 |
| Despesa Executada        | TRF                | 107.408.971     | 107.710.734     |
|                          | Seções Judiciárias | 275.983.416     | 323.499.144     |
|                          | Total              | 383.392.387     | 431.209.878     |
| <b>TCL</b>               |                    | <b>0,1089%</b>  | <b>0,1066%</b>  |

Fonte: Resultado Primário do Governo Central - Tesouro Nacional e Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRF 5ª Região.

**Avaliação:** Como se pode observar na Tabela 54 - Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União, a despesa executada pelo Tribunal Regional Federal e Seções Judiciárias da 5ª Região, excetuando-se os valores destinados ao pagamento de RPV's e Precatórios, representa 0,1066% da Receita Corrente Líquida da União, tendo uma pequena redução de 0,98% com relação ao ano anterior.



## **5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS**

### **5.1. PROGRAMA 0569: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL**

#### Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

A unidade orçamentária 12106 atingiu 80,4 % da sua meta física, em virtude da não adesão de diversos servidores ao plano de saúde oficial do órgão. Para corrigir esta disfunção, em 2006 serão adotadas medidas para identificar as razões desta opção dos servidores e buscar incluí-los no plano de saúde.

#### Ação 2010: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

A UO 12101 atingiu 45,2 % da sua meta física e a UO 12106 atingiu 61,8%, em decorrência de falha no desenvolvimento do modelo de estimação, que em 2006 será estudado e melhorado, buscando considerar o histórico dos dados já realizados e a tendência que estes apresentam.

#### Ação 2011: Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

A UO 12101 atingiu 32,1% da sua meta física em decorrência de falha no desenvolvimento do modelo de estimação, que em 2006 será estudado e melhorado, buscando considerar as expectativas futuras com base nos dados históricos.

#### Ação 4091: Capacitação de Recursos Humanos

A UO 12106 atingiu 88,2% da sua meta física, em virtude da opção por cursos de especialização que oferecem uma capacidade quantitativa menor de servidores treinados porém com uma maior qualidade. No entanto, este fato não deve ser entendido como uma disfunção e sim fruto de decisão administrativa que alterou à expectativa de meta física.

#### Ação 2010: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A UO 12106 atingiu 37,6 % da sua meta física, em decorrência de falha no desenvolvimento do modelo de estimação, que em 2006 será estudado e melhorado.



Ação 11QK: Construção do Edifício Sede da Seção Judiciária em Fortaleza - CE

Em 2006, a Diretoria do Foro responsável vai estudar outra alternativa para aquisição de nova sede, a fim de atender às necessidades de instalação adequada com o novo valor de dotação.

Ação 11YQ: Construção do Edifício Sede da Justiça Federal de Sobral - CE

A UO 12101 atingiu apenas 11,3% da sua meta física. Isso porque após a conclusão do processo licitatório, para contratação de empresa especializada na elaboração do projeto executivo, observou-se que o saldo orçamentário existente era insuficiente para a execução total da obra. Foi realizado esforço para acrescer o saldo orçamentário, mas não logrou êxito, o que inviabilizou o processo licitatório, ocasionando a devolução/cancelamento do saldo de R\$ 221.700,00. Para 2006, a Seção Judiciária está desenvolvendo um novo projeto, buscando redução de custo, a fim de enquadrá-lo no montante disponibilizado na dotação, para que seja realizada nova licitação e a construção seja finalmente viabilizada.

Ação 102V: Construção do Edifício Sede da Justiça Federal em Sousa - PB

A UO 12101 atingiu 86% da sua meta física, mas neste caso não se trata de disfunção, pois o restante da meta física reservada para a parte de acabamentos finais e reparo, para emissão do Termo Final de Recebimento Definitivo, foi postergado para 2006.

Ação 102Q: Construção do Edifício Sede da Justiça Federal em Caruaru - PE

A UO 12101 atingiu 17,3% da sua meta física, em virtude de atraso no Projeto, gerando conseqüentemente atraso também na execução da obra, o que será saneado em 2006.

Ação 11YK: Construção da Sede da Justiça Federal em Serra Talhada - PE

A UO 12101 atingiu 15,8% da sua meta física em virtude de atraso no Projeto, gerando conseqüentemente atraso também na execução da obra, o que será saneado em 2006.

**6. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (CONVÊNIO E OUTROS MEIOS)**

Não existiu nenhum convênio ou qualquer outro tipo de contrato com transferência de recursos para o Tribunal Regional Federal e Seções Judiciárias da 5ª Região.

**7. CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS**

Não houve patrocínios de entidade de previdência privada.

**8. PROJETO E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

Não houve projetos e programas financiados com recursos externos.

**9. GASTOS COM CARTÃO DE CRÉDITO**

O Tribunal Regional Federal e Seções Judiciárias da 5ª Região não adotam a política de utilização de cartão de crédito.

**10. FUNÇÕES COMISSONADAS E CARGOS EM COMISSÃO**

Na tabela a seguir apresentamos o quantitativo percentual das funções comissionadas e cargos de comissão, ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, em 2005:



**Tabela 55 - Funções comissionadas e cargos em comissão**

| <b>Seção judiciária</b> | <b>Cargo</b> | <b>Função</b> |
|-------------------------|--------------|---------------|
| CE                      | 72,72%       | 93,82%        |
| RN                      | 80%          | 92%           |
| PB                      | 63,64%       | 75%           |
| PE                      | 78%          | 90%           |
| AL                      | 66,66%       | 90%           |
| SE                      | 100%         | 91%           |
| TRF                     | 50%          | 79%           |

Fonte: Seções Judiciárias e Subsecretaria de Pessoal do TRF 5ª Região.

## **11. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consciente da sua responsabilidade perante a comunidade em que está inserido, este Tribunal Regional Federal, juntamente com a Justiça Federal de Primeiro Grau da Quinta Região, além de fielmente cumprir sua missão institucional, também se empenhou em desenvolver diversas atividades de integração, visando aproximar cada vez mais a sociedade da Justiça Federal.

Analisando o desenvolvimento dos programas e ações previstas, concluímos que a Quinta Região utilizou com eficácia e eficiência a verba pública a ela destinada. E mais, o aprimoramento da qualidade como fruto da busca da excelência da prestação jurisdicional à sociedade constitui-se em resultado do fomento ao aumento da qualidade de vida de magistrados e servidores, refletindo direta ou indiretamente em toda a sociedade.

Através de uma gestão participativa e transparente, o exercício de 2005 gerou ótimos frutos, nas áreas Judiciária e Administrativa. Principalmente na área judiciária, onde tivemos uma maior democratização e popularização da Justiça Federal, com a instalação de Novas Varas Federais e Juizados Especiais, mais próximos do cidadão comum, além da promoção de círculos de conciliação, trazendo impacto benéfico direto na sociedade, que passou a acreditar um pouco mais numa prestação jurisdicional mais acessível, mais rápida e eficiente.

Temos confiança de que o Poder Judiciário, através da obtenção dos recursos orçamentários necessários, dará continuidade às ações em andamento, bem como àquelas



planejadas para o exercício de 2006, de forma a manter a satisfação daqueles que procuram a Justiça Federal em busca de uma prestação jurisdicional eficiente e segura.

Os princípios constitucionais que conferem direção às ações de toda a Quinta Região se subsumem no princípio orientador do aprimoramento da prestação jurisdicional. Para tanto, no exercício de 2005, esse aprimoramento adveio das exigências da sociedade moderna, que impulsiona uma nova forma de pensar, de planejar e de agir.

Continua a premissa maior de aplicar Justiça, delineada pelo estímulo à celeridade e maior acessibilidade à população, principalmente a mais carente. Os frutos colhidos são, sem dúvida, resultado da firme parceria entre o Tribunal Regional Federal da Quinta Região e as Seções Judiciárias que a compõem, fortalecida pelo apoio do Conselho da Justiça Federal.

SORÁRIA RODRIGUES SOTERO CAIO

Diretora Geral

**FRANCISCO CAVALCANTI**

**Presidente do TRF 5ª REGIÃO**



**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO  
DE RESTOS A PAGAR**

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR****Unidades Orçamentárias**

12101 – Justiça Federal de 1º Grau

12106 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região

| Ação: Atividade / Projeto   | Restos a Pagar             |  |
|---|----------------------------|--|
|   | Valor Pago                 | Execução Física  |
| <b>Ação: 102P</b> – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Arapiraca – AL<br><b>UO 12101</b>                       | 236.500,00                 | 17,34%   |
| <b>Ação: 102Q</b> – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Caruaru – PE<br><b>UO 12101</b>                         | 471.884,33                 | 18,18%   |
| <b>Ação: 102S</b> – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Juazeiro do Norte – CE<br><b>UO 12101</b>               | (1) 51.747,00              | 10,33%   |
| <b>Ação: 102T</b> – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Mossoró – RN<br><b>UO 12101</b>                         | 145.063,05                 | 29,01%   |
| <b>Ação: 102V</b> – Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Sousa – PB<br><b>UO 12101</b>                           | 233.700,00                 | 19,87%   |
| <b>Ação: 102W</b> - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Itabaiana – SE<br><b>UO 12101</b>                       | 250.000,00                 | 50,00%   |
| <b>Ação: 1136</b> - Modernização de Instalação da Justiça Federal<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b>                       | 510.644,16<br>1.650.060,97 |  |
| <b>Ação: 1886</b> - Construção do Edifício-Anexo II da Seção Judiciária em Recife – PE<br><b>UO 12101</b>                     | 1.679.864,40               | 25,00%   |
| <b>Ação: 2004</b> – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes<br><b>UO 12101</b><br><b>UO 12106</b> | 119.214,86<br>17.235,51    | Executada no ano anterior<br>Executada no ano anterior |



| Ação: Atividade / Projeto   | Restos a Pagar       |                           |
|---|----------------------|---------------------------|
|   | Valor Pago           | Execução Física           |
| <b>Ação: 2004</b> – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes   |                      |                           |
| <b>UO 12101</b>   | 119.214,86           | Executada no ano anterior |
| <b>UO 12106</b>   | 17.235,51            | Executada no ano anterior |
| <b>Ação: 3755</b> - Implantação de Varas Federais   |                      |                           |
| <b>UO 12101</b>   | 1.133.646,70         | Executada no ano anterior |
| <b>Ação: 3757</b> - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal   |                      |                           |
| <b>UO 12101</b>   | 1.737.798,21         |                           |
| <b>UO 12106</b>   | 857.415,85           |                           |
| <b>Ação: 4091</b> – Capacitação de Recursos Humanos   |                      |                           |
| <b>UO 12101</b>   | 39.024,94            |                           |
| <b>UO 12106</b>   | 245,00               | Executada no ano anterior |
| <b>Ação: 4224</b> – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes   |                      |                           |
| <b>UO 12101</b>   | 395.910,61           | Executada no ano anterior |
| <b>Ação: 4257</b> – Julgamento de Causas Na Justiça Federal   |                      |                           |
| <b>UO 12101</b>   | 4.360.358,17         | Executada no ano anterior |
| <b>UO 12106</b>   | 1.838.529,27         | Executada no ano anterior |
| <b>Total</b>  | <b>15.728.840,03</b> |                           |
| Observação:<br>(1) O valor gasto correspondeu à execução do projeto de arquitetura da Subseção de Juazeiro do Norte. O projeto adquirido será utilizado na construção de outra futura sede de Subseção no interior. |                      |                           |

Fonte: SIAFI Gerencial



As informações de restos a pagar foram obtidas através de consulta realizada no SIAFI gerencial, em 07/01/2006, nas seguintes contas:

**RP Inscritos → 195100000 + 195400000 + 292410508 + 292410510**  
**RP PAGOS Proc Não Proc → 292410510 + 295200000**  
**RP Proc Liquid. Exerc. Ant. → 292410508**  
**Restos a Pagar a Pagar → 295100000 + 295400000**



**ANEXO II**

---

**DEMONSTRATIVO DA FORÇA DE TRABALHO**



| <b>Demonstrativo da Força de Trabalho da Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 5ª Região</b> |            |               |                |               |              |              |              |              |
|---|------------|---------------|----------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Situação Funcional</b>   | <b>TRF</b> | <b>SJ –PE</b> | <b>SJ - CE</b> | <b>SJ/ PB</b> | <b>SJ/RN</b> | <b>SJ/SE</b> | <b>SJ/AL</b> | <b>Total</b> |
| Servidores Ativos (+)   | 449        | 526           | 526            | 294           | 257          | 188          | 197          | <b>2.429</b> |
| Servidores Cedidos (-)  | 63         | 45            | 3              | 7             | 12           | 2            | 7            | <b>139</b>   |
| Servidores em Licença sem Vencimentos (-)   | 2          | 1             | 2              | 1             | -            | -            | -            | <b>6</b>     |
| Servidores Requisitados (+)   | 194        | 83            | 67             | 71            | 33           | 26           | 28           | <b>502</b>   |
| Servidores no Órgão em Lotação Provisória (+)   | 5          | 3             | 22             | 7             | 8            | 1            | 2            | <b>48</b>    |
| Servidores do Órgão em Lotação Provisória (-)   | 10         | 1             | 3              | -             | 3            | -            | 1            | <b>18</b>    |
| Ocupantes de CJ sem Vínculo (+)   | 38         | 04            | 7              | 1             | 2            | 2            | 3            | <b>55</b>    |
| Magistrados Ativos (+)  | 15         | 35            | 31             | 14            | 14           | 11           | 11           | <b>131</b>   |
| <b>Total</b>  | <b>626</b> | <b>604</b>    | <b>661</b>     | <b>379</b>    | <b>299</b>   | <b>226</b>   | <b>233</b>   | <b>3.328</b> |

Fonte: Seções Judiciárias e Subsecretaria de Pessoal do TRF 5ª Região.



**Inativos e Pensionistas**

| <b>Seção Judiciária</b> | <b>Magistrados Inativos</b> | <b>Servidores Inativos</b> | <b>Pensões Estatutárias</b> | <b>Total</b> |
|-------------------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|--------------|
| CE                      | 4                           | 80                         | 27                          | 111          |
| RN                      | 0                           | 30                         | 8                           | 38           |
| PB                      | 2                           | 41                         | 9                           | 52           |
| PE                      | 3                           | 74                         | 30                          | 107          |
| AL                      | 0                           | 20                         | 10                          | 30           |
| SE                      | 0                           | 18                         | 6                           | 24           |
| TRF                     | 4                           | 37                         | 8                           | 49           |

Fonte: Seções Judiciárias e Subsecretaria de Pessoal do TRF 5ª Região.

**Elaboração**

Juliane Tenório

Luiz Targino

Rosilene Diniz

**Colaboradores**

Seções Judiciárias da 5ª Região

Corregedoria

Diretoria Geral

Secretaria Judiciária

Secretaria Administrativa